PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL
PDITS POLO AGRESTE/TRAIRÍ

PRODUTO 3

PLANO DE INVESTIMENTOS

Agosto/2016

FICHA TÉCNICA – SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE

SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO
Ruy Pereira Gaspar

ASSESSORIA TÉCNICA
Carla Cristina Dutra Barbosa

CHEFE DE GABINETE
Ana Paula S. Vieira

ASSESSORIA JURÍDICA
Thiago Batista de Gusmão

SECRETÁRIO ADJUNTO
Manuel Neto Gaspar Junior

UNIDADE INSTRUMENTAL DE FINANÇAS – UIF
Mércia Maria P. da Mota

UNIDADE INSTRUMENTAL DE ADMINISTRAÇÃO – UIAG
Maria de Fátima Medeiros Marques

SUBSECRETÁRIA DE TURISMO
Solange Araújo Portela

COORDENADORIA DE MARKETING TURÍSTICO
Edna Regia Sales Pinheiro
Coordenadora
Danielle Suyane Oliveira
Subcoordenadora de Promoção Turística
Sthefanie Marinho Mouzallas
Subcoordenadora de Operações Turísticas

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – CODET
Lucas Lira de Carvalho
Coordenador
Denis Cavalcante Barbosa
Subcoordenador de Informática e Informações Turísticas
Fabiano Tavares Rodrigues
Subcoordenador de Articulação e Planejamento

SUBSECRETÁRIO
Nailson Dantas de Azevedo

COORDENADORIA FINANCEIRA
Darlene Leite Silva

COORDENADORIA JURÍDICA
Liz Fernandes Freire

COORDENADORIA OPERACIONAL
Carmen Vera Araújo de Lucena
Coordenadora
Trizana Silva Cavalcanti
Subcoordenadora de Meio Ambiente
Michel Platiny Miranda Pinheiro
Subcoordenador de Transportes
Daniel Carlos da Silveira
Subcoordenador de Resíduos Sólidos
Edilma Teixeira da Silva
Subcoordenadora de Saneamento Básico

COORDENADORIA TÉCNICA
Eduardo Lima da Trindade
Coordenador
Virgínia de Barros Sales
Subcoordenadora de Patrimônio Histórico
Maria Helena Barreto Furtado
Subcoordenadora de Fortalecimento Institucional
Dayane Murielle da Silva Santos
Subcoordenadora de Gestão Municipal

CONSELHO DE TURISMO DO POLO AGRESTE/TRAIRI

PODER PÚBLICO FEDERAL

BANCO DO NORDESTE

BANCO DO BRASIL

PODER PÚBLICO ESTADUAL

SETUR – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

EMPROTUR – EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA DO RN

SETHAS/PROART

PODER PÚBLICO MUNICIPAL

CORONEL EZEQUIEL

JAÇANÃ

PASSA E FICA

SANTA CRUZ

SERRA DE SÃO BENTO

TANGARÁ

SÍTIO NOVO

TERCEIRO SETOR

PARÓQUIA DE SANTA CRUZ

INSTITUTO CULTURAL MACAMBIRAIS

COOPERCACHO

IFRN

UERN

UFRN

APOESC

ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE SANTA CRUZ

INSTITUTO FILHOS DA ESPERANÇA (TANGARÁ)

INICIATIVA PRIVADA

SEBRAE

CDL – CÂMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS/SANTA CRUZ

SENAC

FICHA TÉCNICA – ITEC

DIRETORA

Adriana Papaleo

COORDENADOR TÉCNICO

Euler Costa Sampaio

ESPECIALISTA EM ARQUITETURA E URBANISMO

Adriana Souza Papaleo

ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA

Marina Laura da Silveira Dutra

ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE

Nelson Amaral Nunan Eustáquio

ESPECIALISTA EMTURISMO

Ivy Tissiane Góis

ESPECIALISTA PUBLICIDADE E MARKETING

Milton Fontoura

ESPECIALISTA EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Luiz Fernando de Oliveira

ESPECIALISTA EM ESTUDOS E ANÁLISE DE VIABILIDADE

José Airton Mendonça

ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO REGIONAL

Joaquim Soutinho

EQUIPE COMPLEMENTAR

Júlio César Oliveira - Analista financeiro

Maialú Neves - Coordenadora de pesquisas

Raphael Vanderlei - Arquiteto e Urbanista

Bruno Monteiro da Silva - Estagiário

Santa Cruz e Sítio Novo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Rodrigo Cardoso da Silva - coordenador.

Aline Mayara Marinho Xavier da Silva.

Nivaldo Lourenço de Carvalho Neto.

Aylana Laissa Medeiros Borges.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS **5**
LISTA DE TABELAS **6**
LISTA DE FIGURAS **7**
APRESENTAÇÃO **8**
1 PLANO DE INVESTIMENTOS **9**
1.1 VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS 9
1.1.1 Matriz de Alinhamento Estratégico 9
1.1.2 Detalhamento do Plano de Ação 16
1.2 DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL 47
1.3 SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES 54
1.3.1 Metodologia para Priorização das Ações 54
1.4 MATRIZ DE INVESTIMENTOS 59
1.5 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 70
1.5.1 Componente 1 – Produto Turístico 70
1.5.2 Componente 2 – Comercialização 76
1.5.3 Componente 3 – Fortalecimento Institucional 78
1.5.4 Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos 94
1.5.5 Componente 5: Gestão Socioambiental 99
2 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA **101**
2.1 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS 109
2.2 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS 111
3 FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO **113**
3.1 OBJETIVOS 113
3.2 PRODUTOS ESPERADOS 114
3.2.1 Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais, SIG - PRODETUR no Rio Grande do Norte 114
3.2.2 Coleta de Informações 115
3.2.3 Elaboração dos Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do Programa 120
3.2.4 Disseminação das Informações/Biblioteca Virtual/Observatório do turismo 134
3.2.5 Responsabilidades 135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios para Hierarquização das Ações 54
Quadro 2: Hierarquização das Ações.....56
Quadro 3: Parâmetros a serem usados como indicadores dos impactos e efeitos avaliados 111
Quadro 4 – Linha de Base do Marco Lógico do Plano de Acompanhamento e Avaliação do Polo turístico agreste-trairi 117
Quadro 5 – Estrutura do Marco Lógico de Plano de Acompanhamento e Avaliação do PDITS do Polo Agreste/Trairí. 122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Custo por ação do componente Produto Turístico. 20
Tabela 2: Custo por ação de comercialização.....25
Tabela 3:Custo por ação de Fortalecimento Institucional.....34
Tabela 4: Custo por ação de Infraestrutura e Serviços Básicos.....41
Tabela 5:Custo por ação de Gestão Socioambiental 45
Tabela 6: Dimensionamento dos investimentos totais 47
Tabela 7: Modelo de Matriz de Investimentos.....60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema de Acompanhamento e Avaliação do PDITS Polo Agreste-Trairi. 115

APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao PRODUTO 3 – Plano de Investimentos, referente à Ordem de Serviço nº 007/2015, contrato celebrado entre o estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças, e A empresa **ITEC INFRATECH Engenharia e Consultoria**, e que tem por objeto a "Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Polo Agreste/Trairí".

É composto pelos seguintes itens:

Visão Geral e Ações Previstas – apresenta a matriz de alinhamento estratégico e a visão geral do conjunto de ações e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos do PDITS.

Dimensionamento do Investimento Total – apresenta os investimentos totais a serem realizados.

Seleção e Hierarquização das Ações – apresenta a metodologia utilizada para priorização das ações, as ações priorizadas para serem implementadas nos primeiros dezoito meses do Programa e a Matriz de Investimento, consolidada por componente e em ordem de prioridade.

Descrição das Ações Prioritárias– apresenta quadros descritivos das ações elegíveis para realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento.

Avaliação dos Impactos Socioambientais – identifica os possíveis impactos que a implantação das ações propostas pelo PDITS causará e aponta medidas de mitigação, no caso dos impactos negativos, ou potencialização, no caso dos positivos.

Acompanhamento e Avaliação do PDITS – são indicados os atores e os mecanismos necessários para promover o monitoramento da evolução da situação do turismo, a metodologia para avaliação dos resultados, bem como a metodologia para a revisão do Plano.

1 PLANO DE INVESTIMENTOS

1.1 VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS

Para que os objetivos do desenvolvimento do turismo sustentável no Polo sejam alcançados foi desenvolvido o Plano de Investimentos que apresenta as ações e projetos de investimento a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento e do órgão executor responsável pela sua concretização. O Plano de Investimentos estabelece a relação de cada ação com as respectivas estratégias.

É também apresentada uma matriz de alinhamento estratégico de forma a relacionar a situação diagnosticada com as estratégias desenvolvidas e as ações propostas.

As ações propostas estão agrupadas por componente.

1.1.1 Matriz de Alinhamento Estratégico

O quadro a seguir apresenta a matriz-resumo de alinhamento estratégico para o PDITS Agreste/Trairí, destacando a situação diagnosticada, as estratégias, os objetivos, as ações e os resultados esperados.

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
1. PRODUTO TURÍSTICO	▪ Segmentos turísticos prioritários: Turismo Religioso e Turismo de Aventura. ▪ Baixa agregação da exploração turística dos segmentos entre si. ▪ Turismo de Aventura realizado em áreas naturais possui potencial de desenvolvimento, mas é necessária ainda a estruturação dessas áreas e a profissionalização dos atores. Este segmento pode ser agregado ao segmento de Ecoturismo. ▪ Necessidade de mão de obra capacitada.	Qualificação e integração da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo, a partir do potencial do segmento do Turismo Religioso e do Turismo de Aventura.	▪ Fortalecer o turismo religioso e agregar valor ao produto turístico do Polo ▪ . Estruturar o Polo Agreste/Trairí para o aproveitamento do seu potencial no turismo de aventura e de ecoturismo, hoje, pouco explorados; ▪ Dotar o Polo de serviços e equipamentos turísticos qualificados. ▪ Desenvolver a atividade turística de forma sustentável. ▪ Possibilitar a operação sinérgica e integrada dos produtos turísticos e permitir a visitação e a comercialização organizada e sistematizada dos atrativos do Polo.	▪ Ação 01 – Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz. ▪ Ação 02 - Planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo. ▪ Ação 03 - Desenvolvimento de projetos preliminares, básicos e executivos para implantação de infraestrutura para o turismo de aventura e o ecoturismo. ▪ Ação 04 - Implantação de obras de infraestrutura para o turismo de aventura e para o ecoturismo. ▪ Ação 05 - Elaboração de roteiros turísticos integrados. ▪ Ação 06 – Criação e promoção do calendário de eventos do Polo. ▪ Ação 07 - Implantação de Centros de Atendimento ao Turista – CAT - na área do Polo Agreste/Trairí. ▪ Ação 08 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável ▪ .Ação 09 - Implantação do plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	▪ Aumento da demanda pelo produto do segmento turismo religioso; ▪ Atrativos ligados ao turismo de aventura e ao ecoturismo estruturados. ▪ Oferta turística do Polo integrada e qualificada.

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
2. COMERCIALIZAÇÃO	▪ Polo Agreste/Trairi é reconhecidamente um destino turístico religioso. ▪ O turismo religioso tem se desenvolvido de forma rápida; ▪ O turismo de aventura possui um alto potencial de desenvolvimento. ▪ A marca de imagem do Polo é difusa e pouco direcionada aos mercados-meta visados. ▪ Os poucos materiais promocionais existentes são genéricos e de baixa identificação com os mercados-meta.	Promoção do posicionamento mercadológico do turismo no Polo Agreste/Trairí.	▪ Definir o patamar de atratividade requerido para o Polo. ▪ Identificar e caracterizar práticas de mercado para desenvolvimento do turismo religioso e de aventura como benchmarking para o Polo. ▪ Fortalecer a imagem dos municípios de Santa Cruz e de Passa e Fica como Centros Receptivos; ▪ Fortalecer a imagem do Polo Agreste/Trairi como destino atrativo e diversificado.	▪ Ação 01 – Elaboração do Benchmarking para o turismo religioso e o turismo de aventura; ▪ Ação 02 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional ▪ Ação 03 – Implantação do plano de marketing tático e operacional	Qualificação da demanda turística; novo posicionamento competitivo e aumento da comercialização do produto turístico.

Comp.	Situação Diagnosticada	Estratégias	Objetivos	Ações	Resultados Esperados
3. Fortalecimento Institucional	▪ Auditoria Operacional de Governança da SETUR, realizada em 2014, pelo TCU. ▪ Projeto de sinalização turística do Polo iniciado. ▪ Existência de Política Estadual de Turismo – PET e de Fundo Estadual de Desenvolvimento Turístico – FUNDETUR. ▪ Conselho regional de turismo do Polo estruturado e ativo. ▪ Todos dos municípios do Polo possuem órgão responsável pelo turismo anda que, em sua maioria, não exerce suas funções estratégicas. ▪ Conselhos Municipais de Turismo existente em apenas dois municípios. ▪ Plano Estratégico de Marketing Turístico do RN em elaboração.	Fortalecimento da Gestão do Turismo no Polo Agreste/Trairi, mediante a adoção de bases participativas e inovações tecnológicas, tendo em vista a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos, das condições de gestão pública municipal e da atuação dos empreendedores privados como fator primordial em busca de resultados que beneficiem a população local e promovam o desenvolvimento sustentável do turismo.	▪ Dotar o Polo das informações necessárias para o planejamento e gestão do turismo. ▪ Conceber e implantar um sistema integrado de informações turísticas, acessível aos diferentes atores públicos e privados, para o planejamento e gestão do turismo. ▪ Incorporar as bases de um modelo participativo de gestão compartilhada do turismo, no qual os municípios e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções em direção a atividades sustentáveis. ▪ Prover as condições legais e regulatórias para a gestão municipal eficaz ▪ Consolidar e instituir, a partir de bases estratégicas sustentáveis, a política municipal de turismo de cada município integrante do Polo.	▪ Ação 01 – Elaboração de inventário da oferta turística. ▪ Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística. ▪ Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para a gestão do turismo. ▪ Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo. ▪ Ação 5 - Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo. ▪ Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais. ▪ Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo. ▪ Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.	▪ Planejamento efetivo e contínuo do turismo, baseado em informações confiáveis e atualizadas e abordagem estratégica; ▪ Políticas setoriais, leis e regulamentos para a gestão territorial e do turismo elaboradas, atualizadas e de conhecimento da sociedade; ▪ Gestão do turismo praticada em bases participativas; ▪ Empreendedores do turismo mobilizados e motivados para a concretização de investimentos turísticos no Polo Agreste/Trairí.

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	▪ Carência de instrumentos legais e regulatórios atualizados para a gestão dos municípios. ▪ Inexistência de informações para a gestão do turismo Instância de governança regional fragilizada. ▪ Cargos ocupados não constituem cargos técnicos e efetivos, o que dificulta o planejamento, a execução e a continuidade das políticas públicas em nível municipal ▪ Estrutura dos órgãos municipais de turismo pequena e não integrada com outros órgãos municipais e com a iniciativa privada		▪ Qualificar/aperfeiçoar dirigentes, gerentes e técnicos da administração pública municipal para a gestão efetiva e integrada do turismo local. ▪ Incentivar a gestão técnica/ profissional das entidades públicas da região com a efetivação de pessoal especializado em turismo e com quadros permanentes. ▪ Mobilizar e incentivar empreendedores do turismo atuais e potenciais, para atração de investimentos e sua atuação efetiva no mercado de turismo. ▪ Atrair investimentos privados por meio da implantação de mecanismos de fomento e incentivo ao desenvolvimento do turismo no Polo.	▪ Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo. ▪ Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo. ▪ Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo. ▪ Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias. ▪ Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.	

Comp.	Situação Diagnosticada	Estratégias	Objetivos	Ações	Resultados Esperados
4. - Infraestrutura e serviços básicos	▪ Mau estado de conservação e falta de manutenção nas rodovias federais e estaduais que dão acesso ao Polo. ▪ Deficiência ou mesmo ausência de serviços de coleta e tratamento dos esgotos domésticos na maioria dos municípios. ▪ Sistemas de abastecimento de água em colapso; ▪ Deficiência nos sistemas de drenagem de águas pluviais. ▪ Fragilidade da gestão dos resíduos sólidos, tanto na coleta quanto na disposição final realizada em lixões. ▪ Falta efetivo, equipamentos e estrutura para policiamento turístico; ▪ Serviços de atendimento em saúde deficiente em número e qualidade.	Expansão e melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos básicos para atendimento às populações locais e para incremento da demanda turística.	▪ Promover a melhoria da infraestrutura de acesso aos municípios e aos atrativos turísticos, com a criação ou adequação de equipamentos de transporte, sinalização e pavimentação. ▪ Promover a melhoria da acessibilidade e da mobilidade. ▪ Ampliar e incrementar a qualidade dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de captação, tratamento e fornecimento de água, de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais. ▪ Oferecer serviços de atendimento de emergências médicas com qualidade e regularidade na área do Polo. ▪ Incrementar e garantir os serviços de segurança no Polo.	▪ Ação 01 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico nos municípios. Ação 02 – Implantação e ampliação da coleta e tratamento de esgotos domésticos nos municípios. Ação 03 – Ampliação e qualificação dos sistemas de abastecimento de água. ▪ Ação 04 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial nas áreas urbanas e rodovias. ▪ Ação 05 - Implantação e execução de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. ▪ Ação 06 - Implantação de serviços de policiamento turístico. ▪ Ação 07 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo. ▪ Ação 08 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	▪ Estudos para melhoria do saneamento básico no Polo elaborados. ▪ Deficiências relativas a coleta e tratamento de esgotos, abastecimento de água, drenagem de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos diagnosticadas. ▪ Alternativas de solução para os problemas de saneamento básico apontadas e especificadas. ▪ Obras de infraestrutura implantadas. ▪ Diminuição do número de casos de doenças causadas pela falta de saneamento básico. ▪ Serviços de atendimento de emergências médicas ampliados e de qualidade. ▪ Policiamento turístico implantado.

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
5. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	▪ Inexistência de unidades de conservação nos municípios que compõem o Polo, necessárias para a conservação e preservação de amostras de caatinga na região. ▪ Gestão ambiental incipiente nas esferas municipais. ▪ Falta de proteção, fiscalização e infraestrutura para visitação em áreas naturais utilizadas para lazer. ▪ Lançamento de esgotos sem tratamento nos sistemas de drenagens ou em sumidouros; ▪ Disposição dos resíduos sólidos urbanos em lixões com a proliferação de animais e insetos nocivos à saúde e ao meio ambiente	Promoção da melhoria da qualidade ambiental no Polo Agreste/Trairi.	▪ Garantir a conservação dos remanescentes do bioma caatinga; ▪ Identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação. ▪ Fortalecer o sistema municipal de gestão ambiental; ▪ Incentivar a criação e implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e de empreendimentos voltados ao ecoturismo. ▪ Promover a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos por meio da recuperação dos ecossistemas, dos solos, da flora e da fauna.	▪ Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente. ▪ Ação 02 – Realização de estudos e proposição de medidas para incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável. ▪ Ação 03 - Elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente - ÁPP. ▪ Ação 04 - Elaboração de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	▪ Gestão Ambiental Municipal fortalecida e estruturada; ▪ Criação e implantação de unidades de conservação em áreas com remanescentes do Bioma Caatinga ou outros atrativos; ▪ Remanescentes de caatinga na área do Polo protegidos e conservados; ▪ Melhoria da qualidade de vida e da qualidade ambiental na área do Polo.

Fonte: ITEC, 2016.

1.1.2 Detalhamento do Plano de Ação

COMPONENTE 1: **PRODUTO TURÍSTICO**
ESTRATÉGIA: Qualificação e integração da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo, a partir do potencial do segmento do Turismo Religioso e do Turismo de Aventura.

Objetivos Específicos

- Fortalecer o turismo religioso e agregar valor ao produto turístico do Polo
- Estruturar o Polo Agreste/Trairí para o aproveitamento do seu potencial no turismo de aventura e de ecoturismo, hoje, pouco explorados;
- Dotar o Polo de serviços e equipamentos turísticos qualificados.
- Desenvolver a atividade turística de forma sustentável.
- Possibilitar a operação sinérgica e integrada dos produtos turísticos e permitir a visitação e a comercialização organizada e sistematizada dos atrativos do Polo.

.Justificativa

O Polo Agreste/Trairi possui como segmentos turísticos prioritários o turismo religioso e o turismo de aventura. Como segmentos potenciais complementares têm-se o Ecoturismo, negócios e eventos e o turismo cultural. Observa-se, no entanto, a baixa agregação da exploração turística dos segmentos entre si, devido à ausência de planejamento neste sentido.

Por outro lado, com apoio da administração estadual e outras instituições, vêm sendo realizados estudos visando melhor caracterização do turismo religioso na área do Polo. No entanto, para fortalecê-lo é necessário agregar a este os demais segmentos turísticos e neles investir.

O turismo de aventura praticado em áreas naturais também vem despontando em alguns municípios do Polo e mostrando potencial de desenvolvimento, para o que são necessários investimentos para a estruturação do segmento e profissionalização dos atores. O turismo de aventura pode agregar-se ao segmento do ecoturismo, que é também um potencial do Polo Agreste/Trairí.

Nesses diversos segmentos, destaca-se a necessidade de capacitação profissional para a prestação de serviços no mercado do turismo local

Intervenções no sentido de maximizar potencialidades e de dirimir as carências existentes são essenciais para a qualificação do produto turístico, para aumento da atratividade e para

garantir uma imagem positiva do Polo Agreste/Trairi. A qualidade dos produtos permitirá ao Polo alçar um novo patamar mercadológico e fazer face à alta competitividade do mercado.

Descrição do conjunto de ações

Os investimentos foco deste Componente, voltados para a estruturação de atrativos que motivem a estada do turista no Polo Agreste/Trairi, guardam dependência com as intervenções pertinentes aos demais componentes deste PDITS. Na medida em que forem realizados de forma integrada, serão intercomplementares e trarão resultados efetivos em prol do desenvolvimento do turismo.

Segue-se a descrição das ações pertinentes ao Componente Produto Turístico, definidas a partir das potencialidades e carências detectadas em diagnóstico.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01 – Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz.

A ação diz respeito à finalização do sistema de teleférico do Complexo Religioso Alto de Santa Rita de Cássia, localizado no município de Santa Cruz. Como um meio especial de transporte público de passageiros, o teleférico ligará o pátio da igreja Matriz, ao Complexo Alto de Santa Rita de Cássia. O equipamento será, além de meio de transporte para o deslocamento do centro da cidade ao santuário, um atrativo turístico que irá impulsionar a economia local.

O projeto prevê um sistema com 1.000 metros de extensão, sete torres de sustentação e retenção, composto por duas estações, Estação Motriz – no Alto de Santa Rita – e Estação Retorno.

A primeira etapa do investimento já foi executada e a segunda está em execução, por meio de convênio com Ministério do Turismo. A terceira etapa, correspondente a esta ação, possui também recursos junto ao MTur (ainda não liberados), por meio de Convênio assinado com o município de Santa Cruz, com término previsto para 2018.

Para a conclusão da implantação do teleférico (3ª. Etapa) está previsto o desembolso de R$ 4.975.000,00 (quatro milhões, novecentos e setenta e cinco mil reais).

Município a ser abrangido: Santa Cruz.

Ação 02 - Planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo.

O Planejamento do Turismo de Aventura e Ecoturismo do Polo Agreste/Trairi deverá definir a situação atual de utilização e aproveitamento turístico das áreas onde as atividades são desenvolvidas nos municípios de Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo. Devem ser identificadas as áreas de interesse e as práticas de turismo de aventura e ecoturismo mais apropriadas a elas, a sua capacidade de carga e indicada a infraestrutura necessária à sua exploração turística racional e sustentável.

Municípios a serem abrangidos: Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo.

Ação 03 - Desenvolvimento de projetos preliminares, básicos e executivos para implantação de infraestrutura para o turismo de aventura e o ecoturismo.

Os projetos alvo desta Ação serão definidos a partir das intervenções em infraestrutura indicados no plano de estruturação elaborado (Vide Ação 02 deste Componente). Tais projetos deverão versar, dentre outros temas, sobre a implantação de trilhas, de sistemas de iluminação, de catalogação, de interpretação e sinalização turística, instalação de passarelas e de áreas de descanso para turistas. Busca-se, dessa forma, a conservação do patrimônio natural e das demais áreas naturais turísticas abrangidas, conferindo-lhes as condições exigidas para sua visitação.

Municípios a serem abrangidos: Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo.

Ação 04 - Implantação de obras de infraestrutura para o turismo de aventura e para o ecoturismo.

Execução das obras objeto dos projetos elaborados (vide Ação03), destinadas à estruturação do turismo de aventura e do ecoturismo no Polo Agreste/Trairí.

Municípios a serem abrangidos: Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo.

Ação 05 - Elaboração de roteiros turísticos integrados.

Elaboração de roteiros turísticos especialmente identificados, que possibilitem a exploração turística integrada da região.

Municípios a serem abrangidos: Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Santa Cruz, Serra de São Bento e Sítio Novo.

Ação 06 – Criação e promoção do calendário de eventos do Polo.

Criação e divulgação de um calendário que consolide os eventos de interesse turísticos que ocorram anualmente nos municípios do Polo.

Municípios a serem abrangidos:Todo o Polo.

Ação 07 - Implantação de Centros de Atendimento ao Turista – CAT - na área do Polo Agreste/Trairí.

Implantação de, pelo menos, dois Centros de Atendimento no Polo, de acordo com as indicações, orientações e especificações oriundas do estudo "Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte", a ser realizado pela Administração Estadual.

A aquisição de equipamentos de informática e de equipamentos multimídia necessários à instalação dos CAT, bem como a concepção e a produção de arte final de peças informativas em mídia eletrônica ou impressa a serem utilizadas pelos Centros, também serão contempladas, se necessário, no âmbito desta Ação.

Municípios a serem abrangidos (definição preliminar): Santa Cruz e Passa e Fica.

Ação 08 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável

Esta ação consiste na elaboração de um plano de capacitação profissional destinado ao atendimento das principais necessidades de capacitação profissional relativas ao mercado do turismo no Polo Agreste/Trairí. O Plano deverá considerar a dinâmica do mercado e oferecer oportunidades contínuas e diversificadas de formação, aperfeiçoamento e atualização destinadas aos segmentos prioritários da cadeia do turismo, abrangendo empreendedores potenciais e empresários estabelecidos, bem como postos de trabalho de nível técnico e operacional. Deverá prever a atuação sinérgica e a parceria entre os agentes formadores públicos e privados para sua elaboração e execução. Incluirá também a indicação de métodos e técnicas avançadas de promoção da aprendizagem para o exercício profissional, inclusive a utilização de recursos da Tecnologia da Informação, e de mecanismos e ferramentas de avaliação de resultados e de monitoramento dos impactos do Programa no mercado de trabalho.

Municípios a serem abrangidos:Todo o Polo.

Ação 09 - Implantação do plano de capacitação profissional para o turismo sustentável

Trata-se de executar, de forma continuada e, de preferência, com programação plurianual, o Plano de Capacitação resultante da Ação anterior (08), elaborado especificamente para o mercado de trabalho atual e potencial do Polo Agreste/Trairí.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Custo Estimado

O custo estimado total para as ações do Componente Produto Turístico é de R$ 12.355.300,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e trezentos reais). A distribuição destes recursos pelas ações previstas é apresentada na Tabela a seguir.

TABELA 1: CUSTO POR AÇÃO DO COMPONENTE PRODUTO TURÍSTICO.

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 – Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz.	Santa Cruz	R$ 4.975.000,00	$1.554.201,81	MTUR/PPA Santa Cruz
Ação 02 - Planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento	R$ 960.300,00	$300.000,00	RN Sustentável
Ação 03 - Desenvolvimento de projetos preliminares, básicos e executivos para implantação de infraestrutura para o turismo de aventura e o ecoturismo.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 04 - Implantação de obras de infraestrutura para o turismo de aventura e para o ecoturismo.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo	R$ 3.000.000,00	$937.207,12	MTUR
Ação 05 - Elaboração de roteiros turísticos integrados.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Santa Cruz, Serra de São Bento e Sítio Novo.	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
Ação 06 – Criação e promoção do calendário de eventos do Polo.	Todo o Polo.	R$ 20.000,00	$6.248,05	MTUR
Ação 07 - Implantação de Centros de Atendimento ao Turista – CAT - na área do Polo Agreste/Trairí.	Santa Cruz e Passa e Fica.	R$ 500.000,00	$156.201,19	MTUR
Ação 08 - Elaboração de plano de capacitação	Todo o Polo.	R$ 300.000,00	$93.720,71	MTUR

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
profissional para o turismo sustentável				
Ação 09 - Implantação do plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	Todo o Polo.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR
TOTAL COMPONENTE 1		**R$ 12.355.300,00**	**$3.859.825,05**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO

ESTRATÉGIA: Promoção do posicionamento mercadológico do turismo no Polo Agreste/Trairí

Objetivos Específicos

- Definir o patamar de atratividade requerido para o Polo.
- Identificar e caracterizar práticas de mercado para desenvolvimento do turismo religioso e de aventura como benchmarking para o Polo.
- Fortalecer a imagem dos municípios de Santa Cruz e de Passa e Fica como Centros Receptivos;
- Fortalecer a imagem do Polo Agreste/Trairi como destino atrativo e diversificado.

Justificativa

O Polo Agreste/ Trairi é reconhecidamente um destino turístico religioso que hoje é alicerçado em seu produto turístico estrela, o Complexo Turístico Religioso Alto Santa Rita de Cássia.

O Turismo religioso tem hoje se desenvolvido de forma rápida e o Turismo de Aventura possui um alto potencial de desenvolvimento, a partir de destinos que possuem demanda e significativa atratividade. Estudar outros destinos semelhantes, na região nordeste ou em outras regiões brasileiras, de forma a absorver as suas melhores práticas constitui oportunidade para promover o crescimento e a consolidação do turismo no Polo de forma planejada, por meio de ações que se coadunem com a realidade local.

Por outro lado, a marca de imagem que se tem do Polo é difusa e pouco direcionada aos mercados-meta visados. O complexo processo de criação de imagem requer esforços de *marketing* que integrem verticalmente todas as questões implicadas na atividade turística. É necessário detectar as oportunidades de mercado, selecionar e atrair corretamente o público-alvo e promover a atuação conjunta das agências de viagem, operadoras, fornecedores de serviços, entidades do *trade* e a administração pública, buscando criar e reforçar tal imagem.

Complementarmente, os poucos materiais promocionais hoje disponíveis são genéricos e de baixa identificação com os mercados-meta. Torna-se necessário, por outro lado, criar canais promocionais e de comercialização para uma maior eficácia da comercialização turística.

A inexistência de dados históricos sobre a atividade turística no Polo evidencia ainda a necessidade da realização sistemática de pesquisas para alimentar a promoção e a comercialização turística, como proposto no âmbito do Componente de Fortalecimento Institucional deste PDITS. Os dados resultantes devem compor um sistema de informações para a gestão do turismo, disponível tanto para a administração pública quanto para o *trade* e para os próprios turistas.

Descrição do conjunto de ações

As ações a seguir descritas direcionam-se para a alimentação do processo de planejamento do desenvolvimento turístico do Polo Agreste/Trairí. Consubstanciam estudos e projetos que visam dar suporte ao novo posicionamento requerido para o Polo, a fim de estabelecer um patamar de competitividade para o seu efetivo desenvolvimento.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01 – Elaboração do Benchmarking para o turismo religioso e o turismo de aventura.

O processo de benchmarking tem-se mostrado um instrumento valioso para a gestão de destinos turísticos. Envolve a pesquisa de produtos e serviços de excelência e práticas de sucesso relativas, no caso, ao segmento do turismo, e o estudo comparativo dos casos identificados em outros sítios, nacionais ou estrangeiros, com a realidade da área alvo de intervenção. Obtém-se, desta forma, vasto material de referência que poderá indicar e soluções para a área de interesse, dados os pontos comuns entre eles ou à criação de novos caminhos.

Considerando a existência, mesmo no Brasil, de vários destinos religiosos que já incorporam práticas de sucesso para atração e fidelização de turistas, desenvolvimento de cadeias produtivas e diminuição da sazonalidade do turismo, trata-se de realizar um estudo de benchmarking destinado ao Polo Agreste/Trairí, com referencial para o seu desenvolvimento nesse segmento.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 02 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional.

O Plano de *Marketing* na nova realidade mundial é imprescindível para definir a atratividade de um destino turístico, de forma a promover orientação para o consumidor e desenvolver propostas de valor. O marketing estratégico já está sendo desenvolvido para o Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com contrato firmado pela SETUR. Em nível tático e operacional, o *marketing* busca viabilizar os recursos humanos, financeiros e produtivos necessários para a implantação das estratégias.

Esta Ação do PDITS trata de viabilizar o desenvolvimento de um plano de marketing tático e operacional para o Polo Agreste/Trairí, englobando a definição de estratégias de desenvolvimento do turismo para curto, médio e longo prazo, Portanto, deverá ser desenvolvido um plano de marketing tático e operacional para o Polo com estratégias de horizonte de curto, médio e longo prazo, contendo o estudo de posicionamento mercadológico da área, a definição de sua marca de imagem e a estratégia de promoção e comercialização do destino, bem como o detalhamento dos demais instrumentos de marketing necessários ao posicionamento almejado.

Deverão ser indicados e especificados os materiais de divulgação impressos e em mídia eletrônica, compatíveis com o portfólio turístico principal e complementar do Polo, com os mercados-meta visados e com as estratégias de comercialização, de acordo com o padrão de qualidade requerido.

Em resumo, são estes os itens principais do plano de marketing a ser elaborado:

- Desenvolvimento de marca de imagem e posicionamento mercadológico detalhado;
- Desenvolvimento de estratégias e mecanismos de comercialização;
- Desenvolvimento de estratégias e mecanismos de promoção diante dos mercados-meta;
- Identificação e especificação do material promocional a adotar;
- Estruturação de núcleo para promoção e divulgação do Polo em meio digitai**;** planejamento, implantação e monitoramento de um portal de turismo e da participação do Polo nas redes sociais; e
- Participação em eventos promocionais e *famtour*[1]

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 03 – Implantação do plano de marketing tático e operacional.

Trata-se de implantar as ações previstas no plano de marketing elaborado (Ação 2 deste Componente).

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Custos

O custo total do Componente referente à Comercialização está estimado em R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), distribuído por ação conforme demonstra a Tabela a seguir.

[1] Famtour - (viagens de experiências – *Familiarization Tours*). Forma de promoção que tem como objetivo familiarizar e encantar o distribuidor do produto turístico. Projeto turístico que consiste em convidar agentes de viagens para uma visita técnica e turística, a fim de que conheçam o local e saibam o que estão oferecendo ao cliente.

TABELA 2: CUSTO POR AÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO

COMPONENTE 2 - COMERCIALIZAÇÃO				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 – Elaboração do Benchmarking para o turismo religioso e o turismo de aventura.	Todo o Polo	R$ 300.000,00	$93.720,71	MTUR
Ação 02 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional.	Todo o Polo	R$ 800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 03 – Implantação do plano de marketing tático e operacional.	Todo o Polo	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR
TOTAL COMPONENTE 2		**R$ 2.100.000,00**	**$656.044,99**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

ESTRATÉGIA: Fortalecimento da Gestão do Turismo no Polo Agreste/Trairi, mediante a adoção de bases participativas e inovações tecnológicas, tendo em vista a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos, das condições de gestão pública municipal e da atuação dos empreendedores privados como fator primordial em busca de resultados que beneficiem a população local e promovam o desenvolvimento sustentável do turismo.

Objetivos Específicos

- Dotar o Polo das informações necessárias para o planejamento e gestão do turismo.
- Conceber e implantar um sistema integrado de informações turísticas, acessível aos diferentes atores públicos e privados, para o planejamento e gestão do turismo.
- Incorporar as bases de um modelo participativo de gestão compartilhada do turismo, no qual os municípios e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções em direção a atividades sustentáveis.
- Prover as condições legais e regulatórias para a gestão municipal eficaz

  Consolidar e instituir, a partir de bases estratégicas sustentáveis, a política municipal de turismo de cada município integrante do Polo.
- Qualificar/aperfeiçoar dirigentes, gerentes e técnicos da administração pública municipal para a gestão efetiva e integrada do turismo local.
- Incentivar a gestão técnica/ profissional das entidades públicas da região com a efetivação de pessoal especializado em turismo e com quadros permanentes.
- Mobilizar e incentivar empreendedores do turismo atuais e potenciais, para atração de investimentos e sua atuação efetiva no mercado de turismo.
- Atrair investimentos privados por meio da implantação de mecanismos de fomento e incentivo ao desenvolvimento do turismo no Polo.

Justificativa

As ações do Componente Institucional constituem, em sua totalidade, investimentos essenciais para a implantação das ações vinculadas aos demais componentes. São elas a base que instala as condições necessárias para a gestão do turismo, inclusive para a efetiva implantação e obtenção dos resultados previstos no PDITS do Polo Agreste/Trairí.

Diagnóstico recente da situação institucional da gestão do turismo no Polo leva à identificação de um conjunto de fragilidades que geram ações de fortalecimento essenciais neste sentido. Os investimentos em infraestrutura ou no provimento de condições materiais ou metodológicas para o desenvolvimento do turismo tornar-se-iam inócuos se não fossem precedidos da melhoria do quadro institucional instalado, com ênfase para a gestão integrada e com a participação efetiva dos segmentos da sociedade atuantes no setor.

O panorama atual indica que os investimentos em fortalecimento se dirijam não só para a administração pública municipal, mas também, à capacitação e ao desenvolvimento do empreendedorismo no setor de turismo e na instalação do ambiente de gestão integrada e compartilhada entre estes e o poder público local.

Diante do cenário atual e futuro desenhado para o turismo local, caberá aos municípios e ao Polo como um todo, apoiado pelo estado do Rio Grande do Norte, implantar mudanças de porte no modelo de gestão setorial hoje incipiente, e os recursos previstos no PDITS serão a alavanca que possibilitará enfrentar tal desafio.

Descrição do conjunto de ações

As ações pertinentes ao fortalecimento institucional estão elencadas a seguir, de acordo com os objetivos gerais para elas fixados.

Assim, referindo-se aos dois primeiros objetivos, tais ações iniciam-se pelo investimento básico na obtenção e no tratamento de informações, cuja ausência ou incipiência impedem a efetiva gestão setorial. Segue-se a abordagem de medidas relativas à essência do modelo de gestão a ser praticado no Polo, com características de compartilhamento e participação, e centrado não só no poder público estadual ou municipais, mas nos agentes empreendedores e em todos os representantes da cadeia produtiva do turismo.

Por outro lado, é sabido que a dinâmica da administração pública não se concretiza sem as condições legais e regulatórias pertinentes às diferentes políticas públicas setoriais e ao ambiente estatal como um todo.

No tocante aos recursos humanos, cabe neste PDITS investir na qualificação, aperfeiçoamento, mobilização e incentivo tanto dos dirigentes, gerentes e técnicos dos quadros da administração pública local, quanto dos empresários atuais e potenciais que, no âmbito do Polo, buscam investir no mercado de turismo do Polo.

Coroando os investimentos previstos para o Componente, uma ação prioritária busca incrementar e expandir os investimentos privados para o desenvolvimento do turismo no Polo: a implantação de recursos voltados para o fomento e para os incentivos fiscais destinados ao setor.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01 – Elaboração de inventário da oferta turística.

Compreende o levantamento, a identificação e o registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo, como instrumento base de

informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística. Todos os municípios deverão ser inventariados ou deverão ter seus atuais inventários complementados de acordo com metodologia proposta pelo Ministério do Turismo.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.

As pesquisas abrangerão, dentre outros itens, o levantamento do perfil socioeconômico dos turistas, as características da sua viagem, o registro de sua opinião avaliativa dos serviços e equipamentos turísticos. Serão também levantadas as preferências e desejos dos turistas que visitam a região.

A realização de pesquisas de oferta e demanda que possibilitem a alimentação do processo de planejamento de marketing e a própria atração de empreendimentos para o Polo é *mister* para a atratividade de um destino turístico.

Neste sentido deverá ser planejado e construído um calendário de pesquisas com periodicidade trimestral, capaz de fornecer uma visão histórica do desenvolvimento do Polo, propiciando informações seguras e precisas acerca da atividade turística capazes de subsidiar ambos os setores, público e privado para o seu desenvolvimento.

Municípios a serem abrangidos: Santa Cruz, Sítio Novo, Monte das Gameleiras, Serra de São Bento e Passa e Fica.

Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para a gestão do turismo.

Criação de Sistema Integrado de Informações para a Gestão do Turismo no Polo Agreste/Trairi, acessível aos diferentes atores públicos e privados, incluindo os empreendedores locais, de forma a obter os subsídios necessários ao planejamento e à gestão do turismo, bem como ao atendimento ao turista.

O desenvolvimento e implantação do SIG/Turismo resultarão, dentre outros, nos seguintes produtos:

- Projeto de Sistema Integrado de Informações Turísticas para o Polo;
- Previsão, especificação técnica e orçamento dos recursos de tecnologia da informação, incluindo *software* e *hardware* e outros aspectos necessários;
- Especificação da tipologia das informações para composição do banco de dados;
- Capacitação prévia dos atores envolvidos com o Sistema a ser implantado – operadores e usuários.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 04 – Implantação de sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.

Implantação do sistema conforme desenvolvido e especificado, envolvendo, dentre outros itens:

- Elaboração de materiais informativos e manuais relativos à operacionalização do Sistema – modelo de implantação e modelo de gestão e manutenção, adequados a operadores e usuários;
- Aquisição, instalação e teste dos recursos de tecnologia de informação inerentes ao Sistema: software, hardware, redes e outros itens;
- Operação piloto do Sistema e ajustes necessários;
- Levantamento dos dados inexistentes e complementação/atualização dos existentes, conforme previsto, incluindo, dentre outros: inventário turístico; oferta turística; impactos do turismo na economia dos municípios e do Polo como um todo; registros administrativos (cadastros de estabelecimentos, Ficha Nacional de Registro de Hóspedes **–** FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH, entre outros); acessibilidade à área do Polo, aos municípios e aos atrativos e produtos turísticos existentes; infraestrutura de apoio ao turista **–** compreendendo: dados dos sistemas de transporte, comunicação, segurança, saúde, bancário disponíveis; atendimento, divulgação e informação ao turista; indicadores do turismo no Polo; capacidade de carga dos atrativos.
- Capacitação profissional dos atores envolvidos na implantação, operação, manutenção, gestão e utilização (usuários) do Sistema.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 5 - Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.

Esta ação envolve:

- O assessoramento aos municípios do Polo para criação e início de atuação/implantação do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo, caso inexistentes;
- A análise da eficácia e da efetividade dos Conselhos Municipais e Fundos Municipais existentes e assessoramento aos municípios para sua revitalização, quando necessário, incluindo a elaboração de plano de ação plurianual, monitoramento de sua implantação e avaliação de resultados de médio prazo.
- A realização de ações de capacitação dos membros dos Conselhos Municipais e do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí e dos gestores do Fundo deverá ocorrer por meio de atividades de aprendizagem presenciais e à distância, mesas redondas,

vivência da atuação de Conselhos/Fundos de Turismo Estaduais e Municipais assemelhados em outros Polos do Estado e em estados vizinhos.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.

O Plano Diretor é um documento norteador para a política de desenvolvimento urbano e rural da cidade, que deve conter, dentre outros setores, abordagens específicas do turismo, identificando-o como mais uma atividade econômica indutora do desenvolvimento do município. Além disso, vale ressaltar a obrigatoriedade para elaboração do Plano Diretor quando se considera cidades integrantes de Área de Especial Interesse Turístico, como definido no Capítulo III, art. 41 do Estatuto da Cidade.

Trata-se de criar as condições técnicas necessárias para que cada município do Polo possa elaborar e implantar seu respectivo Plano Diretor, conforme orientações legais e planejar a elaboração/implantação de outros instrumentos da legislação urbanística resultantes, conforme necessário.

Municípios a serem abrangidos: Potencialmente, todos os municípios do Polo, com exceção de Santa Cruz (que já possui Plano Diretor). Sujeitos a processo de seleção, na medida dos recursos financeiros a alocar para a ação.

Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.

Trata-se de consolidar, a partir das orientações emanadas do Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado - PDITS – para o Polo Agreste/Trairi e das demais políticas setoriais adotadas por cada município componente do Polo uma Política Municipal de Turismo, com a participação efetiva das lideranças municipais, dos empreendedores do mercado turístico, das organizações públicas.

Os conteúdos assim consolidados, já discutidos e validados por meio de processo participativo envolvendo os diferentes atores interessados, deverão ser traduzidos em uma minuta de Projeto de Lei do Turismo Municipal (prevendo, inclusive, a criação de mecanismos legais de regulamentação e incentivos da atividade turística local) que será submetida à instância legislativa pelo poder executivo.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.

Este Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável considera a necessidade de fortalecer o planejamento do turismo regional e local no âmbito do Polo Agreste/Trairí, para o que prevê a adoção de uma série de instrumentos próprios, dentre os quais o Plano Diretor Municipal e a Política Municipal de Turismo. Os caminhos do planejamento são então coroados pela elaboração de Planos Estratégicos Municipais de Turismo específicos para cada município do Polo, ainda que integrados por efeito das orientações do PDITS.

O Plano Municipal, assim entendido, busca explicitar os caminhos estratégicos, de acordo com as peculiaridades locais e as características do Polo como um todo, e a definição de metas, objetivos, ações e resultados em prol do desenvolvimento efetivo do turismo a serem alcançados em cada município, em conjunto, pelos diferentes agentes públicos e privados.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão municipal do turismo.

Trata-se de planejar ações e oportunidades para a capacitação de dirigentes e técnicos municipais, proporcionando-lhes o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho eficaz e efetivo das funções de gestão do turismo. Implica na elaboração de plano de capacitação continuada e sequencial baseado nas diretrizes do PDITS e na política estadual e políticas municipais vigentes na área. Pressupõe a caracterização detalhada e no perfil da clientela a ser atendida, considerando o cenário atual e o cenário futuro do desenvolvimento do turismo nacional, regional e local.

Será dada prioridade máxima à participação no Plano em questão de ocupantes de cargos de nível superior e de técnicos de nível médio que, por meio de concurso público, forem efetivos e fizerem parte dos quadros permanentes do poder público municipal. Tal medida visa o fortalecimento da construção e manutenção de equipes capacitadas e comprometidas com as políticas públicas de setores estratégicos, como é o caso da gestão municipal do turismo no Polo Agreste/Trairí.

Prevê a contratação de especialistas externos para, por meio de equipe multidisciplinar, coordenar e assessorar a elaboração do Plano de Capacitação.

Ação 10 – Implantação de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão municipal do turismo.

Execução do Plano de Capacitação continuada, conforme elaborado, de forma a concretizar um conjunto significativo de ações que envolvam as equipes específicas de cada município e grandes grupos reunindo participantes oriundos de todo o Polo. Pressupõe conteúdos teóricos, atividades práticas, desenvolvidas de forma presencial ou à distância, apoiadas em material de suporte adequado aos clientes alvo.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.

Trata-se de divulgar e fazer conhecer aos empreendedores atuais e potenciais, radicados ou interessados em investimentos no Polo Agreste/Trairi, as políticas públicas do setor de turismo, tanto de âmbito federal como de âmbito estadual e local, visando a sua motivação e o seu envolvimento na promoção de negócios na área, considerando o cenário atual e os cenários prospectivos de médio e longo prazo. Para tanto, necessário se faz planejar e realizar

atividades de porte, distribuídas ao longo dos meses e anos sequenciais, utilizando estratégias e instrumentos diversos, que priorizem as diferentes formas de utilização dos recursos da tecnologia da informação presencial e digital.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.

Esta Ação consiste em esforço concentrado de mobilização dos atores envolvidos nos arranjos produtivos da cadeia do turismo, que resultem na construção de uma rede de duradoura de parcerias abrangendo o setor público e o privado, a sociedade civil e o terceiro setor.

Prevê-se que esse movimento ocorra sob a coordenação de uma entidade de reconhecida capacidade técnica – tal como o SEBRAE ou outra equivalente, com atuação específica acerca do objeto explicitado.

O produto desta ação será constituído pela realização de um conjunto significativo de eventos devidamente programados, tais como reuniões comunitárias setoriais, seminários, mesas de negociação, atividades específicas de capacitação, publicação e distribuição de material didático e informativo específicos para os diferentes segmentos, dentre outros, que ocorrerão intensivamente por um período contínuo de meses ou de um semestre (seguido de outros, se for o caso para o alcance dos objetivos).

Os esforços de mobilização, os conteúdos, os produtos informativos e didáticos assim gerados serão objeto de relatórios e de material informativo/de aprendizagem em mídias diversas a serem divulgados para todos os agentes envolvidos.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.

A expansão, em número e qualidade, dos empreendimentos turísticos no Polo Agreste/Trairi será possível e viável a partir da introdução de medidas de fomento e incentivos fiscais próprios, Tais medidas devem abranger novos empreendimentos e os já existentes, buscando fortalecê-los. Os negócios voltados para o agenciamento do turismo receptivo estão a requerer atenção especial.

A realização desta ação, abrangendo todos os municípios do Polo, demanda a contratação de consultoria especializada para a coordenação e execução de diferentes etapas de trabalho, em cooperação com os órgãos municipais envolvidos, dentre as quais:

- Realização de pesquisa documentada, visando identificar experiências exitosas similares em outras capitais e cidades brasileiras, a serem consideradas como benchmarking para o projeto a elaborar;
- Identificação de incentivos fiscais existentes na região e nos estados vizinhos e linhas de créditos disponíveis para o fomento de empreendimentos turísticos;

- Inclusão no Projeto de Fomento e Incentivos fiscais das empresas que visem a redução de impactos ambientais negativos, a sustentabilidade e a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nos empreendimentos turísticos beneficiados;
- Indicação e detalhamento dos processos organizacionais e administrativos para implantação efetiva do projeto, incluindo metodologia de acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados dele advindos, bem como diretrizes para o adequado gerenciamento de sua implantação;
- Apresentação e discussão dos conteúdos indicados com os agentes públicos e privados interessados;
- Elaboração de Projeto de Lei Estadual (ou mesmo Municipais) de Incentivo Fiscal para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos na área do Polo;
- Assessoramento às instâncias envolvidas na fase inicial de implantação do projeto.
- Viabilização de ação integrada dos municípios do Polo com o envolvimento da administração pública e da iniciativa privada.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Custo Estimado

O custo total do Componente referente ao Fortalecimento Institucional é de R$ 13.184.000,00 (treze milhões, cento e oitenta e quatro mil reais), distribuídos por ação, conforme demonstra a Tabela a seguir.

TABELA 3: CUSTO POR AÇÃO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 – Elaboração de inventário da oferta turística.	Todo o Polo	R$ 924.000,00	$288.659,79	MTUR
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.	Santa Cruz, Sítio Novo, Monte das Gameleiras, Passa e Fica e Serra de São Bento	R$ 1.700.000,00	$531.084,04	MTUR
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.	Todo o Polo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 5 - Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.	Todo o Polo	R$ 600.000,00	$187.441,42	MTUR
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.	Cel. Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Nova Cruz, Passa e Fica, Serra de S. Bento, Sítio Novo e Tangará	R$ 1.600.000,00	$499.843,80	MTUR
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.	Todo o Polo	R$ 660.000,00	$206.185,57	MTUR
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.	Todo o Polo	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MTUR
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MTUR

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.	Todo o Polo	R$ 700.000,00	$218.681,66	MTUR
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	Todo o Polo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.	Todo o Polo	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
TOTAL COMPONENTE 3		**R$ 13.184.000,00**	**$4.118.712,90**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

ESTRATÉGIA: Expansão e melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos básicos para atendimento às populações locais e para incremento da demanda turística

Objetivos Específicos

- Promover a melhoria da infraestrutura de acesso aos municípios e aos atrativos turísticos, com a criação ou adequação de equipamentos de transporte, sinalização e pavimentação.
- Promover a melhoria da acessibilidade e da mobilidade.
- Ampliar e incrementar a qualidade dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de captação, tratamento e fornecimento de água, de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais.
- Oferecer serviços de atendimento de emergências médicas com qualidade e regularidade na área do Polo.
- Incrementar e garantir os serviços de segurança no Polo.

Justificativa

As rodovias federais que cortam o Polo Agreste/Trairí, apesar de apresentarem bom estado de conservação do pavimento, possuem trechos mal sinalizados, indicando a necessidade de restauração da sinalização vertical e horizontal. As rodovias que ligam os municípios do Polo ao restante do estado do Rio Grande do Norte necessitam de atenção especial, pois as condições apresentadas são ainda piores, tanto de sinalização quanto de conservação do pavimento. Esta precariedade afeta a atratividade do turismo regional, sendo prejudicial não apenas à imagem dos municípios como também à qualidade dos serviços oferecidos. Apesar das boas iniciativas de acessibilidade nos municípios, onde praças centrais e acesso aos atrativos apresentam alguma adequação, isto não é uma realidade em todos os pontos.

É necessária a adequação das calçadas e dos equipamentos turísticos. à norma NBR 9050.

Todos os municípios apresentam problemas de falta de infraestrutura, ou deficiência na cobertura e atendimento, sendo necessárias melhorias no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição de forma adequada em aterros sanitários dos resíduos sólidos urbanos e falta de drenagem pluvial urbana. Também foram constatadas deficiências no atendimento pelos serviços de saúde e segurança pública.

Dos onze municípios que compõem o Polo, apenas Santa Cruz possui coleta e tratamento de esgotos, e todos apresentam problemas de abastecimento de água em função do déficit hídrico que ocorre na região e em função das características climáticas e da seca prolongada nos últimos anos.

Santa Cruz, Nova Cruz e Tangará são as cidades que oferecem melhor atendimento em saúde, mas que não são suficientes para atendimento aos municípios em questão e muito menos a todo o Polo.

Descrição do conjunto de ações

As ações propostas neste componente constituem em sua maioria ações de intervenção no ambiente físico das cidades. Abrangem um conjunto de obras de melhoria viária, de sinalização e adequação de infraestruturas e serviços existentes para pessoas com necessidades especiais. Algumas intervenções estão diretamente relacionadas à requalificação de equipamentos urbanos existentes e implantação de novas estruturas físicas de apoio aos atrativos turísticos.

A seguir, encontram-se descritas as ações propostas para o Componente Infraestrutura e Serviços Básicos deste PDITS, definidas a partir das carências e necessidades detectadas na área do Polo Agreste/Trairí.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico nos municípios.

Os estudos propiciarão a identificação e a descrição das áreas do Polo atualmente atendidas por serviços de saneamento básico, bem como da capacidade dos sistemas e serviços já implantados e das demandas futuras. Inclui o diagnóstico dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem de águas pluviais.

Municípios a serem abrangidos:Todo Polo.

Ação 02 – Implantação e ampliação da coleta e tratamento de esgotos domésticos nos municípios.

Com exceção de Santa Cruz, que possui coleta e tratamento de esgotos domésticos, deverão ser realizados investimentos nos outros dez municípios restantes do Polo, de forma que as populações locais e o meio ambiente sejam beneficiados.

Deverão ser elaborados projetos executivos para as redes de coleta e estações de tratamento de esgotos e para a implantação de dispositivos para reaproveitamento das águas residuais nos municípios incluídos; a abrangência dos investimentos em cada um deles será definida com base no Diagnóstico a ser realizado, concernente à Ação 1, anteriormente descrita.

Devem ser construídas estações de tratamento de esgotos nos dez municípios que não a possuem. Devem também ser implantados dispositivos para reaproveitamento das águas residuais.

Municípios a serem abrangidos: Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Nova Cruz, Passa e Fica, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.

Ação 03 – Ampliação e qualificação dos sistemas de abastecimento de água.

A melhoria dos sistemas de abastecimento de água se dará principalmente nos mananciais de captação, com disciplinamento do uso dentro das bacias de contribuição, proteção e recuperação das APP[2], e nos sistemas de distribuição, com o aumento das redes e a diminuição das perdas.

Dessa forma, são necessárias as seguintes providências:

- a elaboração dos projetos executivos das obras de ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água;
- a elaboração de normas para disciplinar uso nas bacias dos mananciais e açudes de captação;
- a fiscalização das normas estabelecidas;
- a ampliação das estações de tratamento;
- a implantação de redes de distribuição nos bairros não atendidos; e
- a implantação de dispositivos para captação de águas pluviais.

Municípios a serem abrangidos:Todo o Polo.

Ação 04 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial nas áreas urbanas e rodovias.

A melhoria do sistema de drenagem pluvial consiste na implantação de sistema de coleta nas cidades, quer seja superficial ou com rede subterrânea e a disposição em locais e forma adequadas e com dispositivos de dissipação de energia.

Sendo assim, devem ser realizadas as seguintes intervenções:

- Elaboração dos projetos executivos para ampliação e melhoria dos sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Pavimentação de vias e colocação de meio fio;
- Implantação de redes de drenagem;
- Construção de dispositivos para armazenar as águas coletadas na drenagem urbana.

Municípios a serem abrangidos: Todo Polo

[2]Conforme o que determina a Lei nº 12.651/2012, as Áreas de Preservação Permanente - APP são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. São definidas como APP as margens de cursos d'água e nascentes, margens de lagoas, açudes e barragens, topo de morros e encostas, muitas desses presentes no Polo.

Ação 05 - Implantação e execução de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Implantar e executar os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como elaborar os planos de gestão para os municípios no Polo que não o possuem, identificando principalmente as disposições em lixões e aterros que não sejam sanitários. Deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que se refere a questões como não geração, reaproveitamento e reciclagem de resíduos.

Devem ser realizadas as seguintes intervenções:

- Elaboração os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Consórcios Intermunicipais;
- Instalação de equipamentos relativos aos serviços de coleta;
- Implantação dos serviços de coleta seletiva;
- Construção de aterros sanitários de acordo com os planos de gestão.

Municípios a serem abrangidos:Todo o Polo.

Ação 06 - Implantação de serviços de policiamento turístico.

A implantação de policiamento turístico nos principais municípios do Polo inclui:

- a criação das unidades específicas para policiamento turístico;
- a instalação dos equipamentos necessários nas unidades de policiamento turístico.
- a capacitação do efetivo a ser alocado nas unidades de policiamento turístico.

Municípios a serem abrangidos: Passa e Fica e Santa Cruz.

Ação 07 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.

Ampliar, capacitar e equipar os serviços de atendimento de emergências médicas e primeiros socorros, para atendimento aos turistas e aos moradores da região, englobando:

- a instalação dos equipamentos necessários nas unidades de atendimento de emergências;
- a capacitação do efetivo alocado nas unidades;
- a criação de novas unidades de atendimento de emergências.
- o provimento dos três hospitais instalados nos municípios alvo de equipamentos e material de consumo.

Municípios a serem abrangidos:Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.

Ação 08 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.

A ação inclui a recuperação de estradas vicinais, que correspondem a acessos não pavimentados a atrativos turísticos em áreas rurais dos municípios.

A recuperação destas estradas visa à melhoria da acessibilidade, minimizando os problemas de desempenho da superfície de rolamento e as deficiências do sistema de drenagem e a capacidade de suporte. Busca-se, assim, corrigir principalmente os buracos, erosões e afloramentos rochosos que dificultam a circulação e danificam os veículos, as "costelas de vaca" que causam intensa trepidação nos veículos.

Consideram-se prioritárias as seguintes estradas vicinais:

- estrada de acesso ao Museu Rural Auta Pinheiro Bezerra, em Santa Cruz;
- estrada de acesso ao Cruzeiro da Serra da Tapuia e de acesso a Pedra de São Pedro, em Sítio Novo.

Esta ação inclui ainda:

A recuperação de pavimento, acostamentos e sinalização rodoviária (horizontal e vertical) das rodovias estaduais de acesso aos municípios do Polo Agreste/Trairi. A recuperação e a conservação das rodovias estaduais são essenciais para a segurança viária e para a atração de turistas. As Rodovias Estaduais prioritárias para as intervenções previstas são: RN-269, RN-093 e RN-003, que ligam a região ás rodovias federais, BR-226 e BR-101. Os recursos para recuperação destas rodovias são oriundos do DER-RN.

Recuperação e adequação dos terminais de passageiros rodoviários dos municípios do Polo Agreste/Trairí. O Terminal de Passageiros prioritário é a Rodoviária de Santa Cruz, principal centro conector de viagens por ônibus da região.

Municípios a serem abrangidos:Sítio Novo, Santa Cruz, Monte das Gameleiras, Passa e Fica e Serra de São Bento.

Custos

O custo total deste Componente: Infraestrutura e Serviços Básicos - é de R$ 137.650.000,00 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e cinquenta reais), divididos por ação conforme Tabela a seguir.

TABELA 4: CUSTO POR AÇÃO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico nos municípios.	Todo o Polo	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 02 – Implantação e ampliação da coleta e tratamento de esgotos domésticos nos municípios.	Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Nova Cruz, Passa e Fica, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará	R$ 40.000.000,00	$12.496.094,97	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 03 – Ampliação e qualificação dos sistemas de abastecimento de água.	Todo o Polo	R$ 30.000.000,00	$9.372.071,23	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 04 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial nas áreas urbanas e rodovias.	Todo o Polo	R$ 20.000.000,00	$6.248.047,49	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 05 - Implantação e execução de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	Todo o Polo	R$ 30.000.000,00	$9.372.071,23	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 06 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	Santa Cruz e Passa e Fica.	R$ 2.000.000,00	$624.804,75	Ministério da Justiça e Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do RN

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 07 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.	R$ 10.000.000,00	$3.124.023,74	Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde Pública do RN
Ação 08 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	Sítio Novo, Santa Cruz, Monte das Gameleiras, Passa e Fica e Serra de São Bento	R$ 5.650.000,00	$1.765.073,41	DER/MTUR
TOTAL COMPONENTE 4		**R$ 138.650.000,00**	**$43.314.589,19**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

ESTRATÉGIA: Promoção da melhoria da qualidade ambiental no Polo Agreste/Trairi.

Objetivos

- Garantir a conservação dos remanescentes do bioma caatinga;
- Identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação.
- Fortalecer o sistema municipal de gestão ambiental;
- Incentivar a criação e implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e de empreendimentos voltados ao ecoturismo.
- Promover a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos por meio da recuperação dos ecossistemas, dos solos, da flora e da fauna.

Justificativa

As ações destinadas ao tratamento dos problemas de infraestrutura e serviços básicos contemplados no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos deste PDITS, possuem importância relevante para incremento do turismo, sendo fundamentais para a promoção da saúde e da qualidade de vida das populações dos municípios do Polo, bem como para a melhoria e manutenção da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e do meio ambiente como um todo.

Verificou-se a necessidade de investir na melhoria da gestão ambiental pública, como o licenciamento ambiental e o florestal, bem como aos instrumentos de planejamento e controle territorial, como Zoneamento Ecológico Econômico, Planos Diretores e Plano Estadual de Recursos Hídricos. Também devem ser feitos Programas de Educação Ambiental junto aos proprietários e usuários, e também desenvolver e implantar mecanismos de incentivo econômico e financeiro para preservação das amostras de vegetação nativa.

O Sítio Arqueológico Lajedo de Soledade é a única área que possui um instrumento legal que confere alguma proteção à mesma, havendo necessidade de estudos para verificar se há potencial para inserir a mesma em alguma categoria de unidade de conservação segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, havendo a necessidade de estudos para identificação, criação, implantação, manejo, gestão proteção e fiscalização, de outras unidades de conservação, bem como determinação da capacidade de carga das mesmas, bem como dos atrativos e propriedades privadas, estipulando o número máximo de visitantes que não causem impactos negativos significativos às trilhas, rios, cachoeiras, habitats e outros, como no caso da cachoeira do Pinga e da Serra do Lima.

Descrição do conjunto de ações

As ações propostas neste Componente abrangem planos e programas de gestão socioambiental e planos de recuperação de áreas degradadas.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.

Esta ação tem seu foco voltado para o fortalecimento dos órgãos de gestão ambiental, tanto o da esfera estadual quanto os pertencentes às estruturas das administrações públicas municipais. Nesse âmbito, deverão ter prioridade os investimentos no fortalecimento das funções próprias do licenciamento ambiental, principalmente quanto à capacitação das equipes e ao provimento dos equipamentos necessários à sua atuação, tendo em vista o aumento da eficiência e eficácia no tratamento de processos e na aplicação dos instrumentos de gestão ambiental e de planejamento e gestão territorial.

Municípios a serem abrangidos: Santa Cruz, Monte das Gameleiras e Sítio Novo.

Ação 02 – Realização de estudos e proposição de medidas para incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.

Trata-se de identificar e desenvolver mecanismos e incentivos para promover a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, de Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE e de empreendimentos voltados ao ecoturismo e ao turismo de aventura que sejam sustentáveis dos pontos de vista ambiental, social e econômico.

Municípios a serem abrangidos: Monte das Gameleiras e Sítio Novo.

Ação 03 - Elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente - ÁPP.

Esta ação deve identificar áreas degradadas dentro das bacias dos diversos mananciais e açudes que atendem o Polo, desenvolvendo mecanismos financeiros e de incentivos para sua recuperação, bem como definindo diretrizes mínimas de disciplinamento do uso do solo que possam garantir a qualidade e quantidade de suas águas.

Esta Ação inclui:

- A elaboração de estudos para identificar e propor medidas de recuperação nas principais sub-bacias responsáveis pelo abastecimento dos municípios do Polo, principalmente nas Áreas de Preservação Permanente - APP;
- A implantação de planos de recuperação de áreas degradadas, principalmente nas Áreas de Preservação Permanente - APP;
- A construção de barragens de pedra em drenagens secas para retenção de sedimentos e água.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 04 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.

Realização de estudos para identificação, criação, implantação, manejo, gestão proteção e fiscalização de unidades de conservação de proteção integral, bem como para determinar a sua capacidade de carga, de forma a garantir a conservação de amostras e de remanescentes do Bioma Caatinga, presentes no Polo.

Para realização dos estudos será necessário utilizar ferramentas de geoprocessamento, tendo em vista identificar áreas com potencial para criação de unidades de conservação. Os estudos incluem:

- Levantamentos de campo;
- Definição das áreas;
- Elaboração de propostas de criação.

Municípios a serem abrangidos: Monte das Gameleiras e Sítio Novo.

Custo Estimado

O custo total do Componente referente à Gestão Socioambiental é de R$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais) divididos por ação, conforme Tabela a seguir:

TABELA 5: CUSTO POR AÇÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL				
AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	Santa Cruz, Monte das Gameleiras e Sítio Novo.	R$ 3.000.000,00	$937.207,12	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 02 – Realização de estudos e proposição de medidas para incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	Monte das Gameleiras e Sítio Novo.	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 03 - Elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente - ÁPP.	Todo o Polo.	R$ 5.000.000,00	$1.562.011,87	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE,

COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
				BID e outros)
Ação 04 - Elaboração de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	Monte das Gameleiras e Sítio Novo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
TOTAL COMPONENTE 5		**R$ 9.600.000,00**	**$2.999.062,79**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

1.2 DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

Apresenta-se a seguir o Quadro de Investimentos Totais previstos para o PDITS.

TABELA 6: DIMENSIONAMENTO DOS INVESTIMENTOS TOTAIS

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 – Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz.	Santa Cruz	R$ 4.975.000,00	$1.554.201,81	MTUR/PPA Santa Cruz
Ação 02 - Planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento	R$ 960.300,00	$300.000,00	RN Sustentável
Ação 03 - Desenvolvimento de projetos preliminares, básicos e executivos para implantação de infraestrutura para o turismo de aventura e o ecoturismo.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 04 - Implantação de obras de infraestrutura para o turismo de aventura e para o ecoturismo.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo	R$ 3.000.000,00	$937.207,12	MTUR
Ação 05 - Elaboração de roteiros turísticos integrados.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Santa Cruz, Serra de São Bento e Sítio Novo.	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
Ação 06 – Criação e promoção do calendário de eventos do Polo.	Todo o Polo.	R$ 20.000,00	$6.248,05	MTUR
Ação 07 - Implantação de Centros de Atendimento ao Turista – CAT - na área do Polo Agreste/Trairí.	Santa Cruz e Passa e Fica.	R$ 500.000,00	$156.201,19	MTUR

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 08 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável	Todo o Polo.	R$ 300.000,00	$93.720,71	MTUR
Ação 09 - Implantação do plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	Todo o Polo.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR
	TOTAL COMPONENTE 1	**R$ 12.355.300,00**	**$3.859.825,05**	

COMPONENTE 2 - COMERCIALIZAÇÃO				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 – Elaboração do Benchmarking para o turismo religioso e o turismo de aventura.	Todo o Polo	R$ 300.000,00	$93.720,71	MTUR
Ação 02 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional.	Todo o Polo	R$ 800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 03 – Implantação do plano de marketing tático e operacional.	Todo o Polo	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR
	TOTAL COMPONENTE 2	**R$ 2.100.000,00**	**$656.044,99**	

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL				
AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 01 – Elaboração de inventário da oferta turística.	Todo o Polo	R$ 924.000,00	$288.659,79	MTUR
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.	Santa Cruz, Sítio Novo, Monte das Gameleiras, Passa e Fica e Serra de São Bento	R$ 1.700.000,00	$531.084,04	MTUR
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.	Todo o Polo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 5 - Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.	Todo o Polo	R$ 600.000,00	$187.441,42	MTUR
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.	Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Nova Cruz, Passa e Fica, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará	R$ 1.600.000,00	$499.843,80	MTUR
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.	Todo o Polo	R$ 660.000,00	$206.185,57	MTUR
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.	Todo o Polo	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MTUR

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MTUR
Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.	Todo o Polo	R$ 700.000,00	$218.681,66	MTUR
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	Todo o Polo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.	Todo o Polo	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
	TOTAL COMPONENTE 3	**R$ 13.184.000,00**	**$4.118.712,90**	

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico nos municípios.	Todo o Polo	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 02 – Implantação e ampliação da coleta e tratamento de esgotos domésticos nos municípios.	Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Nova Cruz, Passa e Fica, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará	R$ 40.000.000,00	$12.496.094,97	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 03 – Ampliação e qualificação dos sistemas de abastecimento de água.	Todo o Polo	R$ 30.000.000,00	$9.372.071,23	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 04 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial nas áreas urbanas e rodovias.	Todo o Polo	R$ 20.000.000,00	$6.248.047,49	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 05 - Implantação e execução de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	Todo o Polo	R$ 30.000.000,00	$9.372.071,23	FUNASA/Ministério da Saúde

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 06 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	Santa Cruz e Passa e Fica.	R$ 2.000.000,00	$624.804,75	Ministério da Justiça e Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do RN
Ação 07 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.	R$ 10.000.000,00	$3.124.023,74	Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde Pública do RN
Ação 08 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	Sítio Novo, Santa Cruz, Monte Das Gameleiras, Passa E Fica E Serra De São Bento No Trairi	R$ 5.650.000,00	$1.765.073,41	DER/MTUR
	TOTAL COMPONENTE 4	**R$ 138.650.000,00**	**$43.314.589,19**	

COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	Santa Cruz, Monte das Gameleiras e Sítio Novo.	R$ 3.000.000,00	$937.207,12	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 02 – Realização de estudos e proposição de medidas para incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	Monte das Gameleiras e Sítio Novo.	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 03 - Elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente - ÁPP.	Todo o Polo.	R$ 5.000.000,00	$1.562.011,87	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 04 - Elaboração de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	Monte das Gameleiras e Sítio Novo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
TOTAL COMPONENTE 5		**R$ 9.600.000,00**	**$2.999.062,79**	
TOTAL PDITS POLO AGRESTE/TRAIRÍ		**R$ 175.889.300,00**	**$54.948.234,93**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

1.3 SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

1.3.1 Metodologia para Priorização das Ações

Todas as ações propostas foram aprovadas e hierarquizadas em Oficina Participativa para priorização das mesmas no programa.

Para priorização das ações do PDITS Polo Agreste/Trairí foram considerados 6 (seis) critérios e uma escala de 1 (um) a 3 (três) para julgamento dos critérios definidos:

QUADRO 1 – CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES

CRITÉRIOS		ESCALA
A	Relação com a estratégia do destino	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
B	Interface e interdependência com outras ações	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
C	Nível de impacto positivo no destino	1 – Baixo 2 – Médio 3 – Alto
D	Amplitude dos benefícios gerados	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
E	Tempo para implantação	1 – Longo prazo 2 – Médio prazo 3 – Curto prazo
F	Visibilidade da ação	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta

A classificação indica o grau de prioridade de cada ação, atribuindo um valor quantitativo à sua importância para o desenvolvimento do turismo no Polo. Sendo assim, o somatório das notas relativas aos critérios define aquelas ações preferenciais a serem implantadas.

Para tanto, encontram-se:

Prioridade I: notas entre 16 e 18;

Prioridade II: notas entre 13 e 15;

Prioridade III: notas entre 6 e 12.

A análise destes aspectos por ação foi consolidada na matriz apresentada a seguir, que revela as ações prioritárias para o PDITS Polo Agreste/Trairí, destacadas em vermelho.

QUADRO 2: HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES

COMPONENTES/AÇÕES	A	B	C	D	E	F	TOTAL	PR
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO								
Ação 01 - Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz.	3	2	3	3	2	3	16	I
Ação 02 - Planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo.	3	3	3	3	1	3	16	I
Ação 03 - Desenvolvimento de projetos preliminares, básicos e executivos para implantação de infraestrutura para o turismo de aventura e o ecoturismo.	3	3	3	3	1	3	16	I
Ação 04 - Implantação de obras de infraestrutura para o turismo de aventura e para o ecoturismo.	3	3	3	3	1	3	16	I
Ação 05 - Elaboração de roteiros turísticos integrados.	3	2	3	3	3	1	15	II
Ação 06 - Criação e promoção do calendário de eventos do Polo.	3	1	2	1	3	2	12	III
Ação 07 - Implantação de Centros de Atendimento ao Turista – CAT - na área do Polo Agreste/Trairí.	2	2	3	2	2	1	12	III
Ação 08 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável	3	3	3	3	2	2	16	I
Ação 09 - Implantação do plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	3	3	3	3	2	2	16	I
COMPONENTE 2 – COMERCIALIZAÇÃO								
Ação 01 - Elaboração do Benchmarking para o turismo religioso e o turismo de aventura.	3	2	3	3	3	1	15	II
Ação 02 - Elaboração de plano de marketing tático e operacional.	3	3	3	3	3	2	17	I
Ação 03 - Implantação do plano de marketing tático e operacional.	3	3	3	3	3	2	17	I
COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL								
Ação 01 - Elaboração de inventário da oferta turística.	3	2	2	3	3	1	14	II

COMPONENTES/AÇÕES	A	B	C	D	E	F	TOTAL	PR
Ação 02 - Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.	3	2	2	3	3	1	14	II
Ação 03 - Desenvolvimento de sistema de informações para a gestão do turismo.	3	2	2	3	2	2	14	II
Ação 04 - Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.	3	2	2	3	2	2	14	II
Ação 5 - Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.	3	2	3	3	2	3	16	I
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.	3	3	3	3	3	2	17	I
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.	3	3	3	3	3	2	17	I
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.	3	3	3	3	3	2	17	I
Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	3	2	3	3	3	3	17	I
Ação 10 - Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	3	2	3	3	3	3	17	I
Ação 11 - Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.	2	1	2	3	3	3	14	II
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	3	3	3	3	2	3	17	I
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.	3	3	2	3	2	3	16	I
COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS								
Ação 01 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico nos municípios.	3	3	3	3	2	2	16	I
Ação 02 - Implantação e ampliação da coleta e tratamento de esgotos domésticos nos municípios.	3	3	3	3	2	2	16	I

COMPONENTES/AÇÕES	A	B	C	D	E	F	TOTAL	PR
Ação 03 - Ampliação e qualificação dos sistemas de abastecimento de água.	3	2	2	2	1	1	11	III
Ação 04 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial nas áreas urbanas e rodovias.	3	2	2	2	1	1	11	III
Ação 05 - Implantação e execução de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	3	3	3	3	2	3	17	I
Ação 06 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	3	2	2	2	1	2	12	III
Ação 07 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	3	3	3	3	2	3	17	I
Ação 08 - Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	3	3	3	2	2	3	16	I
COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL								
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	3	3	3	3	2	2	16	I
Ação 02 - Realização de estudos e proposição de medidas para incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	2	2	2	2	1	2	11	III
Ação 03 - Elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente - ÁPP.	3	2	2	2	2	2	13	II
Ação 04 - Elaboração de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	3	3	3	3	2	2	16	I

1.4 MATRIZ DE INVESTIMENTOS

A Matriz de Investimentos é fruto da priorização das ações realizada em Oficina do PDITS. Nela constam a prioridade, o ano de execução e o recurso a ser destinado a cada uma das ações elencadas.

TABELA 7: MODELO DE MATRIZ DE INVESTIMENTOS

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO			**5.060,30**	**1.580,85**	**5.575,00**	**1.741,64**	**1.200,00**	**374,88**	**520,00**	**162,45**	**12.355,30**	**3.859,83**
Ação 01 – Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz.	Santa Cruz	I	3.000,00	937,21	1.975,00	616,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.975,00	1.554,20
Ação 02 - Planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento	I	960,30	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960,30	300,00
Ação 03 - Desenvolvimento de projetos preliminares, básicos e executivos para implantação de infraestrutura para o turismo de aventura e o ecoturismo.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo	I	500,00	156,20	700,00	218,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	374,88

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 04 - Implantação de obras de infraestrutura para o turismo de aventura e para o ecoturismo.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento e Sítio Novo	I	0,00	0,00	2.000,00	624,80	1.000,00	312,40	0,00	0,00	3.000,00	937,21
Ação 05 - Elaboração de roteiros turísticos integrados.	Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Santa Cruz, Serra de São Bento e Sítio Novo.	II	0,00	0,00	200,00	62,48	200,00	62,48	0,00	0,00	400,00	124,96
Ação 06 – Criação e promoção do calendário de eventos do Polo.	Todo o Polo.	III	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	6,25	20,00	6,25
Ação 07 - Implantação de Centros de Atendimento ao Turista – CAT - na área do Polo Agreste/Trairí.	Santa Cruz e Passa e Fica.	III	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	156,20	500,00	156,20
Ação 08 - Elaboração de plano de capacitação	Todo o Polo.	I	300,00	93,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	93,72

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
profissional para o turismo sustentável												
Ação 09 - Implantação do plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	Todo o Polo.	I	300,00	93,72	700,00	218,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	312,40
COMPONENTE 2 - COMERCIALIZAÇÃO			**1.300,00**	**406,12**	**500,00**	**156,20**	**300,00**	**93,72**	**0,00**	**0,00**	**2.100,00**	**656,04**
Ação 01 – Elaboração do Benchmarking para o turismo religioso e o turismo de aventura.	Todo o Polo	II	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	93,72	0,00	0,00	300,00	93,72
Ação 02 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional.	Todo o Polo	I	800,00	249,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	249,92
Ação 03 – Implantação do plano de marketing tático e operacional.	Todo o Polo	I	500,00	156,20	500,00	156,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	312,40
COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			**2.460,00**	**768,51**	**6.940,67**	**2.168,28**	**2.816,67**	**879,93**	**966,66**	**301,99**	**13.184,00**	**4.118,71**
Ação 01 – Elaboração de inventário da oferta turística.	Todo o Polo	II	0,00	0,00	924,00	288,66	0,00	0,00	0,00	0,00	924,00	288,66

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.	Santa Cruz, Sítio Novo, Monte das Gameleiras, Passa e Fica e Serra de São Bento	II	0,00	0,00	566,67	177,03	566,67	177,03	566,66	177,03	1.700,00	531,08
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para a gestão do turismo.	Todo o Polo	II	0,00	0,00	800,00	249,92	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	249,92
Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.	Todo o Polo	II	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	374,88	0,00	0,00	1.200,00	374,88
Ação 5 - Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.	Todo o Polo	I	600,00	187,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	187,44

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.	Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Nova Cruz, Passa e Fica, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará	I	800,00	249,92	800,00	249,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	499,84
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.	Todo o Polo	I	660,00	206,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660,00	206,19
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.	Todo o Polo	I	0,00	0,00	1.500,00	468,60		0,00		0,00	1.500,00	468,60
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	I	400,00	124,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	124,96

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	I	0,00	0,00	750,00	234,30	750,00	234,30	0,00	0,00	1.500,00	468,60
Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.	Todo o Polo	II	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	93,72	400,00	124,96	700,00	218,68
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	Todo o Polo	I	0,00	0,00	1.200,00	374,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	374,88
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.	Todo o Polo	I	0,00	0,00	400,00	124,96	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	124,96
COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			**26.650,00**	**8.325,52**	**40.000,00**	**12.496,09**	**45.000,00**	**14.058,11**	**27.000,00**	**8.434,86**	**138.650,00**	**43.314,59**
Ação 01 - Realização de diagnóstico sobre as	Todo o Polo	I	1.000,00	312,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	312,40

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
condições do saneamento básico nos municípios.												
Ação 02 – Implantação e ampliação da coleta e tratamento de esgotos domésticos nos municípios.	Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Nova Cruz, Passa e Fica, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará	I	0,00	0,00	20.000,00	6.248,05	20.000,00	6.248,05	0,00	0,00	40.000,00	12.496,09
Ação 03 – Ampliação e qualificação dos sistemas de abastecimento de água.	Todo o Polo	III	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	4.686,04	15.000,00	4.686,04	30.000,00	9.372,07
Ação 04 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial nas áreas urbanas e rodovias.	Todo o Polo	III	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	3.124,02	10.000,00	3.124,02	20.000,00	6.248,05

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 05 - Implantação e execução de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	Todo o Polo	I	15.000,00	4.686,04	15.000,00	4.686,04	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	9.372,07
Ação 06 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	Santa Cruz e Passa e Fica.	III	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	624,80	2.000,00	624,80
Ação 07 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.	I	5.000,00	1.562,01	5.000,00	1.562,01	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	3.124,02

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 08 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	Sítio Novo, Santa Cruz, Monte Das Gameleiras, Passa E Fica E Serra De São Bento No Trairi	I	5.650,00	1.765,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.650,00	1.765,07
COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL			**2.700,00**	**843,49**	**1.500,00**	**468,60**	**5.000,00**	**1.562,01**	**400,00**	**124,96**	**9.600,00**	**2.999,06**
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	Santa Cruz, Monte das Gameleiras e Sítio Novo.	I	1.500,00	468,60	1.500,00	468,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	937,21
Ação 02 – Realização de estudos e proposição de medidas para incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	Monte das Gameleiras e Sítio Novo.	III	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	124,96	400,00	124,96

COMP./AÇÃO	ABRANG.	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 03 - Elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente - ÁPP.	Todo o Polo.	II	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	1.562,01	0,00	0,00	5.000,00	1.562,01
Ação 04 - Elaboração de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	Monte das Gameleiras e Sítio Novo	I	1.200,00	374,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	374,88
TOTAL			**38.170,30**	**11.924,49**	**54.515,67**	**17.030,82**	**54.316,67**	**16.968,66**	**28.886,66**	**9.024,26**	**175.889,30**	**54.948,23**
%			**21,70**		**30,99**		**30,88**		**16,42**			

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 29/07/2014

1.5 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

As ações elegíveis para realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento encontram-se detalhadas em fichas individuais, a seguir.

1.5.1 Componente 1 – Produto Turístico

Ação 01 - Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz.			
Objetivo	Fortalecer o turismo religioso e agregar valor ao produto turístico do Polo.		
Justificativa	O atrativo mais significativo do Polo é o Santuário de Santa Rita de Cássia, onde foi construída a maior imagem religiosa da América Latina, com 56m de altura, atraindo turistas e religiosos de todo o Brasil, com visitação média mensal de mais de 15.000 pessoas, chegando a mais de 100.000 pessoas nos meses de alta temporada (abril, maio e junho). A construção do teleférico já foi iniciada e primeira etapa concluída. Há necessidade da finalização da segunda etapa e de dar início à terceira etapa, cujos recursos provêm de convênio firmado entre o município de Santa Cruz e o MTUR.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Aumento do interesse turístico pelo produto do segmento do turismo religioso no Polo Agreste/Trairi.		
Benefícios/ Beneficiários	Aumento da renda e geração de empregos nos municípios; aumento da atratividade turística/Cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.		
Descrição da ação	Para a 3ª etapa estão previstos: serviços complementares para a conclusão da edificação de apoio - esquadrias, pintura, plataforma elevatória, vidros, forro, serviços complementares de urbanização e limpeza geral da obra, estrutura metálica das torres de sustentação ao longo do percurso do teleférico; estrutura metálica complementar e fixação dos equipamentos; instalação dos equipamentos previstos para uma estação motriz e uma estação retorno. Situação atual da obra: Estação Igreja Matriz: concluída a parte estrutural, e iniciados os acabamentos; Estação Alto de Santa Rita: iniciada a parte das estruturas - cabines.		
Responsável pela Execução /implantação/operação /manutenção do serviço	Santa Cruz/ MTUR	**Custo estimado**	R$ 4.975.000,00
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	Município/MTUR
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	Plano Diretor municipal e leis complementares, se houver.		
Mecanismos de recuperação de custos	Ingresso cobrado para uso do teleférico.	**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	-		

Ação 01 - Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz.								
Nível de avanço:	**Projeto básico**	S	**Projeto executivo**	S	**Termo de referência**	S	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 02 - Planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo.								
Objetivo	▪ Estruturar o Polo Agreste/Trairí para o aproveitamento do seu potencial no turismo de aventura e de ecoturismo, hoje pouco explorado. ▪ Possibilitar a operação sinérgica e integrada dos produtos turísticos e permitir a visitação e a comercialização organizada e sistematizada dos atrativos do Polo.							
Justificativa	As áreas naturais, um dos bens de maior expressividade no Polo, possuem grande potencial para o desenvolvimento do Turismo de aventura e do ecoturismo. O seu uso sustentável e o respeito às suas peculiaridades levam à preservação do patrimônio ambiental. Importante também investir na profissionalização do turismo de aventura.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Utilização sustentável dos recursos naturais e profissionalização do turismo de aventura.							
Benefícios/ Beneficiários	Conservação dos ambientes naturais e desenvolvimento seguro e profissional do turismo de aventura/ Cadeia produtiva do turismo, população local e turista.							
Descrição da ação	A ação de planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo inclui a caracterização e a análise da situação atual de utilização das áreas naturais do Polo, a definição de diretrizes e ações para o aproveitamento sustentável dos recursos ambientais, tais como equipamentos e sinalização.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**	R$960.300,00				
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**	RN Sustentável				
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	Plano Diretor municipal e leis complementares se houver.							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Fluxo de turistas dos segmentos de turismo de aventura e ecoturismo aumenta em relação ao ano-base.				
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Precede as ações 3 e 4 do Componente Produto Turístico.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	S	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 03 - Desenvolvimento de projetos preliminares, básicos e executivos para implantação de infraestrutura para o turismo de aventura e o ecoturismo.								
Objetivo	▪ Estruturar o Polo Agreste/Trairí para o aproveitamento do seu potencial no turismo de aventura e de ecoturismo, hoje, pouco explorados. ▪ Possibilitar a operação sinérgica e integrada dos produtos turísticos e permitir a visitação e a comercialização organizada e sistematizada dos atrativos do Polo.							
Justificativa	A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedeçam a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, trata-se de elaborar os projetos de infraestrutura de acordo com as exigências legais.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Utilização sustentável dos recursos naturais e profissionalização do turismo de aventura.							
Benefícios/ Beneficiários	Conservação natural e desenvolvimento seguro e profissional das atividades de aventura/Cadeia produtiva do turismo, população local e turista.							
Descrição da ação	Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT, previstas nos documentos de planejamento (Ação 2). Os projetos deverão apresentar o cálculo e considerar o limite de utilização sustentável de cada sítio/áreas naturais, definir as rotas e trilhas e serem seguidas, incluir a instalação de passarelas, cordoalhas, iluminação, sinalização turística e interpretativa, modos de proteção das pinturas, pontos de parada para descanso para turistas, dentre outros itens.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.	**Custo estimado**	R$1.200.000,00					
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTUR					
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	Plano diretor municipal e leis complementares se houver.							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Fluxo de turistas dos segmentos de turismo de aventura e ecoturismo aumenta em relação ao ano-base.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Sucede a ação 2 e precede a ação 4 do Componente Produto Turístico.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 04 - Implantação de obras de infraestrutura para o turismo de aventura e para o ecoturismo								
Objetivo	▪ Estruturar o Polo Agreste/Trairí para o aproveitamento do seu potencial no turismo de aventura e de ecoturismo, hoje, pouco explorados. ▪ Possibilitar a operação sinérgica e integrada dos produtos turísticos e permitir a visitação e a comercialização organizada e sistematizada dos atrativos do Polo.							
Justificativa	As áreas naturais são, sem dúvida, um dos bens de maior expressividade no Polo, e essas áreas possuem grande potencial para o desenvolvimento do Turismo de Aventura e do Ecoturismo.É, no entanto, necessário utilizá-las de modo sustentável, respeitando suas peculiaridades, para que com isso se preserve o patrimônio ambiental existente. Além disso, é necessário atentar para profissionalização da mão de obra atuante no turismo de aventura.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Utilização sustentável dos recursos naturais e profissionalização do turismo de aventura.							
Benefícios/ Beneficiários	Conservação natural e desenvolvimento seguro e profissional das atividades de turismo de aventura/ Cadeia produtiva do turismo, população local e turista.							
Descrição da ação	Implantar as ações/projetos indicados no Planejamento do Turismo de Aventura e do Ecoturismo.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.	**Custo estimado**	R$3.000.000,00					
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTUR					
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	Plano diretor municipal e leis complementares se houver.							
Mecanismos de recuperação de custos	Cobrança de ingressos para uso/visitação dos atrativos	**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Fluxo de turistas dos segmentos de turismo de aventura e ecoturismo; gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base; grau de satisfação dos turistas com relação à acessibilidade, à limpeza pública, à sinalização turística, à qualidade ambiental e à segurança melhora, em relação ao ano-base.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Sucede as ações 2 e 3 do Componente Produto Turístico.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 08 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável									
Objetivo	Dotar o Polo de serviços turísticos qualificados.								
Justificativa	Um dos principais problemas detectados no setor turismo é a falta de capacitação dos profissionais que atuam diretamente na prestação de serviços ao turista.								
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Profissionais qualificados para atuação direta no mercado local do turismo e inclusão social.								
Benefícios/ Beneficiários	Geração de empregos e inclusão social / Cadeia produtiva do turismo, população local e turistas.								
Descrição da ação	Elaboração de documento técnico indicando as principais necessidades do mercado atual e futuro de capacitação profissional para prestação de serviços turísticos, a indicação das ações de capacitação correspondentes e dos mecanismos e instrumentos a utilizar para aferição dos resultados alcançados a partir de sua realização. O plano deve prever ações de capacitação diretamente indicadas para a população local, tendo em vista a sua inserção no mercado do setor, de forma a promover a inserção social								
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**	R$300.000,00					
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**	MTUR					
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.								
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Grau de satisfação dos turistas melhora em relação ao ano-base.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Precede a ação 09 do Componente Produto Turístico.								
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N	

Ação 09 - Implantação do plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.								
Objetivo	Dotar o Polo de serviços turísticos qualificados.							
Justificativa	Um dos principais problemas detectados no setor turismo é a falta de capacitação dos profissionais que atuam diretamente na prestação de serviços ao turista.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Profissionais qualificados para atuação direta no mercado local do turismo e inclusão social.							
Benefícios/ Beneficiários	Geração de empregos e inclusão social / Cadeia produtiva do turismo, população local e turistas.							
Descrição da ação	Trata-se de executar as ações de capacitação profissional prevista do Plano correspondente e avaliar os resultados alcançados, do ponto de vista do mercado do turismo local.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**	R$1.000.000,00				
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**	MTUR				
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Grau de satisfação dos turistas melhora em relação ao ano-base.				
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Sucede a ação 09 do Componente Produto Turístico.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

1.5.2 Componente 2 – Comercialização

Ação 02 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional.								
Objetivo	Definir o patamar de atratividade requerido para o Polo.							
Justificativa	O Plano de Marketing constitui importante mecanismo para qualificação de produtos e da demanda turística.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Qualificação da demanda turística, novo posicionamento competitivo e aumento dos índices de comercialização dos produtos turísticos.							
Benefícios/ Beneficiários	Aumento do gasto médio diário, geração de empregos e aumento na arrecadação de impostos/Cadeia produtiva do turismo e população local.							
Descrição da ação	Elaboração de diagnóstico estratégico, definição do posicionamento mercadológico esperado, definição de diretrizes, metas, medidas para desenvolvimento dos produtos, estratégias de preço/promoção/ comercialização, seleção e indicação dos parceiros-alvo principais para promoção e comercialização, previsão de custos e prazos de implantação.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**	R$800.000,00				
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**	MTUR				
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Marketing - share do Polo Agreste/Trairi no turismo receptivo do Rio Grande do Norte aumenta em relação ao ano-base				
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Antecede a ação 03 do Componente Comercialização.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 03 – Implantação do plano de marketing tático e operacional.								
Objetivo	Definir o patamar de atratividade requerido para o Polo.							
Justificativa	O Plano de Marketing constitui importante mecanismo para qualificação de produtos e da demanda turística.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Qualificação da demanda turística, novo posicionamento competitivo e aumento dos índices de comercialização dos produtos turísticos.							
Benefícios/ Beneficiários	Aumento do gasto médio diário, geração de empregos e aumento na arrecadação de impostos/Cadeia produtiva do turismo e população local.							
Descrição da ação	Implantação do Plano de Marketing Tático e Operacional elaborado para o Polo Agreste/Trairí (Ação 2).							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**	R$1.000.000,00				
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**	MTUR				
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Marketing - share de Polo Agreste/Trairi no turismo receptivo do Rio Grande do Norte aumenta em relação ao ano-base				
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Sucede a ação 02 do Componente Comercialização.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

1.5.3 Componente 3 – Fortalecimento Institucional

Ação 5 - Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.			
Objetivo	Incorporar as bases de um modelo participativo de gestão compartilhada do turismo, no qual os municípios e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções em direção a atividades sustentáveis.		
Justificativa	Dentre os municípios que compõem o Polo Agreste/Trairí, apenas Santa Cruz e Sítio Novo possuem Conselhos Municipais de Turismo atuantes e instituídos por lei. O Fundo Municipal de Turismo está instituído no município de Sítio Novo que, no entanto, encontra-se inativo.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Gestão do turismo praticada em bases participativas.		
Benefícios/ Beneficiários	Gestão do turismo no Polo dinamizada e enriquecida pela participação da sociedade/Turistas e sociedade em todo o Polo.		
Descrição da ação	Contratação de consultoria especializada abrangendo o conjunto dos municípios integrantes do Polo para: ▪ Elaboração de documento técnico detalhado e minuta de projeto de lei para criação e instalação de Conselhos Municipais de Turismo e de Fundos Municipais de Turismo para os municípios do Polo Agreste/Trairí em que ainda não se encontram instituídos; ▪ Análise da eficácia e da efetividade do Conselho Regional do Polo e dos Conselhos e Fundos Municipais já existentes e elaboração de plano para sua revitalização/melhoria; ▪ Elaboração de plano plurianual de atividades para os Conselhos Municipais; ▪ Indicação de parâmetros para o monitoramento e a avaliação periódica de resultados dos Conselhos existentes e a implantar; ▪ Definição e execução de ações de capacitação dos membros do Conselho Regional do Polo e dos Conselhos Municipais, bem como do Fundo de Turismo já existente; ▪ Indicação e detalhamento de programa de capacitação inicial e continuada a ser cumprido pelos Conselhos Municipais e Fundos a serem criados no Polo.		
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	Organismos municipais de turismo com supervisão e orientação da SETUR/RN. Necessária a contratação de Consultoria especializada.	**Custo estimado**	R$ 600.000,00
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTUR
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.		
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Nº de Conselhos e Fundos Municipais instituídos e atuantes aumenta em relação ao ano-base.

Ação 5 - Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.								
Relação com outras ações quanto ao cronograma		As ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. As ações relativas aos Conselhos devem ser iniciadas com prioridade em relação às demais do Componente 3, de forma a organizar e efetivar o funcionamento desses e de outros mecanismos de participação social na gestão do turismo.						
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.			
Objetivo	▪ Prover as condições legais e regulatórias para a gestão municipal eficaz. ▪ Consolidar e instituir, a partir de bases estratégicas sustentáveis, a política municipal de turismo de cada município integrante do Polo.		
Justificativa	O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e tem como objetivo reduzir as desigualdades, prevenir a degradação ambiental, melhorar a qualidade de vida e buscar o pleno desenvolvimento sustentável das potencialidades do município. O Plano Diretor Municipal é definido pela Lei Federal 10.257/2001- Estatuto da Cidade - como obrigatório para cidades com população acima de 20.000 habitantes; para aquelas situadas em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em áreas sobre influência de empreendimentos de grande impacto ambiental e **em áreas de interesse turístico.** O Plano aborda o turismo como uma atividade econômica indutora do desenvolvimento do município. No Polo Agreste/Trairí apenas o município de Santa Cruz informa possuir um Plano Diretor Municipal, bem como outros instrumentos legais de gestão territorial e gestão do turismo.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Políticas setoriais, leis e regulamentos para a gestão territorial e do turismo elaboradas, atualizadas e de conhecimento da sociedade, embasando o planejamento turístico local.		
Benefícios/ Beneficiários	Estabelecimento de bases sólidas orientadoras do desenvolvimento municipal, afetando diretamente o desenvolvimento setorial do turismo. Administração pública municipal, empreendedores do mercado turístico do Polo e sociedade abrangida.		
Descrição da ação	Trata-se de criar as condições técnicas necessárias para que cada município do Polo possa elaborar e implantar seu respectivo Plano Diretor, conforme orientações legais e, desta forma, constituir as bases para elaboração e implantação de outros instrumentos da legislação urbanística resultantes, conforme necessário. Para tanto, faz-se necessária a contratação de serviços de consultoria especializada que orientará o seu trabalho conforme o texto da Lei do Estatuto da Cidade e atuará por meio de equipe multidisciplinar capacitada. Para o município de Santa Cruz e São José do Campestre prevê-se a análise e a revisão dos Planos Diretores vigentes, caso necessário. Considera-se, a priori, de interesse, para a obtenção de resultados técnicos e relação custo-benefício positiva, a possibilidade de contratação dos serviços para elaboração dos Planos Diretores considerando a divisão dos onze municípios do Polo em dois ou três lotes, cada um a cargo de uma empresa contratada. Mesmo assim, necessariamente, seria produzido um Plano para cada um deles, de forma a considerar especificamente a sua realidade, suas características e o seu cenário futuro.		
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada	**Custo estimado**	R$1.600.000,00

Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.								
		uma das Administrações Municipais como co-executora.						
Gastos estimados de operação		NÃO SE APLICA.			**Fonte de financiamento**		MTUR	
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei		NÃO SE APLICA.						
Indicadores de resultado e fonte de verificação		Nº de municípios do Polo com Plano Diretor efetivamente implantados aumenta em relação ao ano-base.						
Mecanismos de recuperação de custos		Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal						
Relação com outras ações quanto ao cronograma		As ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A elaboração do Plano Diretor deverá preceder ou, se necessário, ser parcialmente concomitante à execução das Ações 07 e 08 deste Componente, para as quais fornece subsídios.						
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.			
Objetivo	▪ Prover as condições legais e regulatórias para a gestão municipal eficaz. ▪ Consolidar e instituir, a partir de bases estratégicas sustentáveis, a política municipal de turismo de cada município integrante do Polo.		
Justificativa	Dentre as políticas setoriais necessárias para a gestão municipal planejada e eficaz insere-se a política municipal de turismo que, a partir das orientações emanadas do Plano Diretor Municipal, e de outros instrumentos legais pertinentes, estabelece os princípios e as diretrizes próprias para o setor. Nenhum município integrante do Polo Agreste/Trairí dá conta da existência de uma política municipal de turismo instituída por lei.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Políticas setoriais, leis e regulamentos para a gestão territorial e do turismo elaboradas, atualizadas e de conhecimento da sociedade, embasando o planejamento turístico local.		
Benefícios/ Beneficiários	Estabelecimento de bases sólidas orientadoras do desenvolvimento municipal, afetando diretamente o desenvolvimento setorial do turismo. Administração pública municipal, empreendedores do mercado turístico do Polo e sociedade abrangida.		
Descrição da ação	No processo de planejamento da gestão municipal, os municípios considerados como “área de interesse turístico” têm como legislação maior o Plano Diretor Municipal, que indica o turismo como uma atividade econômica indutora do desenvolvimento do município. A formulação e a validação legal de uma Política Municipal de Turismo constitui o passo subsequente e na qual se apoia o Plano Estratégico do Turismo Municipal (Ação 8 deste Componente), de natureza plurianual, que define os caminhos para a ação efetiva em busca do desenvolvimento do setor. Para a formulação da Política Municipal de Turismo faz-se necessária a contratação de serviços de consultoria especializada. Para contratação de tais serviços considera-se, a priori, a possibilidade de formação de dois lotes, ficando o trabalho em 5 a 6 municípios afetos a uma mesma empresa contratada. A adoção de procedimentos metodológicos homogêneos e a economia de escala no tratamento de um grupo de municípios podem levar a resultados de qualidade. Este caminho não impedirá, entretanto, a abordagem individualizada de cada município, a consideração de suas características e realidade, bem como dos cenários futuros a ele atribuídos, de forma a gerar, a partir de um processo de trabalho também específico, uma Política de Turismo para cada caso.		
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.	**Custo estimado**	R$ 660.000,00
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTUR

Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.								
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.							
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Nº de municípios do Polo com Política Municipal de Turismo criada por lei e efetivamente utilizadas aumenta em relação ao ano-base.							
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A elaboração da Política Municipal de Turismo deverá basear-se no Plano Diretor Municipal (Ação 6 deste Componente) ou, se necessário, ser concomitante a ela.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.			
Objetivo	Consolidar e instituir, a partir de bases estratégicas sustentáveis, a política municipal de turismo de cada município integrante do Polo.		
Justificativa	O planejamento do turismo, enquanto ação prioritária para a gestão eficaz do turismo, não é praticada de forma sistemática nos municípios do Polo. Assim, ao prever a implantação de outros instrumentos de planejamento territorial, como é o caso do Plano Diretor Municipal, e a formulação de políticas locais de turismo, este PDITS busca coroar o ciclo do planejamento setorial com a introdução de Planos Estratégicos Municipais de Turismo.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Planejamento do turismo efetivo e contínuo, baseado em informações confiáveis e atualizadas e abordagem estratégica;		
Benefícios/ Beneficiários	Obtenção de elementos sólidos e de base participativa para a ação das administrações públicas municipais e dos empreendedores e outros agentes de desenvolvimento do turismo. Administração pública municipal, empreendedores do mercado turístico do Polo e sociedade abrangida.		
Descrição da ação	Este Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável considera a necessidade de fortalecer o planejamento do turismo regional e local no âmbito do Polo Agreste/Trairí, para o que prevê a adoção de uma série de instrumentos próprios, dentre os quais o Plano Diretor Municipal e a Política Municipal de Turismo. Os caminhos do planejamento são então coroados pela elaboração de Planos Estratégicos Municipais de Turismo específicos para cada município do Polo, ainda que integrados por efeito das orientações do PDITS. O Plano Municipal, assim entendido, busca explicitar, de acordo com as peculiaridades locais e das características do Polo como um todo, os caminhos estratégicos, a definição de metas, de objetivos, de iniciativas e resultados em prol do desenvolvimento efetivo do turismo, em conjunto, pelos diferentes agentes públicos e privados. Para a formulação dos Planos Estratégicos Municipais de Turismo faz-se necessária a contratação de serviços de consultoria especializada. Para contratação de tais serviços considera-se, a priori, a possibilidade de formação de dois lotes, ficando o trabalho em 5 a 6 municípios afetos a uma mesma empresa contratada. A adoção de procedimentos metodológicos homogêneos e a economia de escala no tratamento de um grupo de municípios podem levar a resultados de qualidade. Este caminho não impedirá, entretanto, a abordagem individualizada de cada município, a consideração de suas características e realidade, bem como dos cenários futuros a ele atribuídos, de forma a gerar, a partir de um processo de trabalho também específico, um Plano Estratégico para cada caso.		
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	Execução: SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora. Implantação: Administração Municipal com a participação da sociedade e outros agentes envolvidos em sua aplicação.		
Custo estimado		R$ 1.500.000,00	
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTUR

Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.								
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.							
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**		Grau de satisfação dos turistas com recursos de acessibilidade, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança comparado ao grau relativo ao ano-base.			
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A elaboração do Plano Estratégico Municipal de Turismo para cada município do Polo deverá embasar-se no Plano Diretor Municipal (Ação 6) e na Política Municipal de Turismo (Ação 7).							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.			
Objetivo	▪ Qualificar/aperfeiçoar dirigentes, gerentes e técnicos da administração pública municipal para a gestão efetiva e integrada do turismo local. ▪ Incentivar a gestão técnica/ profissional das entidades públicas da região com a efetivação de pessoal especializado em turismo e com quadros permanentes.		
Justificativa	No tocante aos recursos humanos, cabe neste PDITS investir na qualificação e no aperfeiçoamento dos dirigentes, gerentes e técnicos dos quadros da administração pública local, em cada município e no todo dos municípios abrangidos pelo Polo Agreste/Trairí. Tal convicção se baseia na verificação das condições atuais, em que, nos diferentes municípios nota-se quantidade e qualificação insuficiente dos dirigentes, gerentes e técnicos que atuam no setor de turismo. Os cargos são, em geral, de provimento político, em detrimento de cargos efetivos preenchidos por meio de concurso público conforme determina a legislação. A situação reinante leva à admissão de pessoal sem a adequada capacitação para o trabalho e à instabilidade do quadro, impactando a continuidade e a qualidade da atuação do poder público no campo do desenvolvimento turístico.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Dirigentes, gerentes e técnicos da Administração Pública dos municípios integrantes do Polo qualificados e atualizados para a gestão efetiva e integrada do turismo local.		
Benefícios/ Beneficiários	Melhoria do desempenho do corpo de dirigentes, gerentes e técnicos de gestão municipal do turismo/ Corpo de dirigentes, gerentes e técnicos de gestão municipal do turismo em cada município do Polo.		
Descrição da ação	Trata-se de planejar ações e oportunidades para a capacitação de dirigentes e técnicos municipais, proporcionando-lhes o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho eficaz e efetivo das funções de gestão do turismo. Implica na elaboração de plano de capacitação continuada e sequencial baseado nas diretrizes do PDITS Polo Agreste/Trairí e nas políticas estadual e municipais vigentes na área. Pressupõe a caracterização detalhada e no perfil da clientela a ser atendida, considerando o cenário atual e o cenário futuro do desenvolvimento do turismo nacional, regional e local. Prevê a contratação de especialistas externos para, por meio de equipe multidisciplinar, coordenar e assessorar a elaboração do Plano de Capacitação.		
Responsável pelo gerenciamento e acompanhamento da prestação dos serviços	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.	**Custo estimado**	R$ 400.000,00
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTUR

Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.								
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.							
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**		Plano de Capacitação elaborado e validado ao final do contrato de consultoria.			
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A elaboração do Plano de Capacitação deve preceder todas as demais deste Componente, na medida em que se refere a elas e prepara as equipes para as situações de melhoria e mudanças institucionais.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.			
Objetivo	▪ Qualificar/aperfeiçoar dirigentes, gerentes e técnicos da administração pública municipal para a gestão efetiva e integrada do turismo local. ▪ Incentivar a gestão técnica/ profissional das entidades públicas da região com a efetivação de pessoal especializado em turismo e com quadros permanentes.		
Justificativa	No tocante aos recursos humanos, cabe neste PDITS investir na qualificação e no aperfeiçoamento dos dirigentes, gerentes e técnicos dos quadros da administração pública local, em cada município e no todo dos municípios abrangidos pelo Polo Agreste/Trairí. Tal convicção se baseia na verificação das condições atuais, em que, nos diferentes municípios nota-se quantidade e qualificação insuficiente dos dirigentes, gerentes e técnicos que atuam no setor de turismo. Os cargos são, em geral, de provimento político, em detrimento de cargos efetivos preenchidos por meio de concurso público conforme determina a legislação. A situação reinante leva à admissão de pessoal sem a adequada capacitação para o trabalho e à instabilidade do quadro, impactando a continuidade e a qualidade da atuação do poder público no campo do desenvolvimento turístico.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Dirigentes, gerentes e técnicos da Administração Pública dos municípios integrantes do Polo qualificados e atualizados para a gestão efetiva e integrada do turismo local.		
Benefícios/ Beneficiários	Melhoria do desempenho do corpo de dirigentes, gerentes e técnicos de gestão municipal do turismo/ Corpo de dirigentes, gerentes e técnicos de gestão municipal do turismo em cada município do Polo.		
Descrição da ação	Execução do Plano de Capacitação continuada, plurianual, conforme elaborado, de forma a concretizar um conjunto significativo de ações que envolvam as equipes específicas de cada município e grandes grupos reunindo participantes oriundos de todo o Polo Agreste/Trairí, conforme objetivo a ser alcançado e conteúdo a abordar. Pressupõe conteúdos teóricos, atividades práticas, desenvolvidas de forma presencial ou à distância, apoiadas em material de suporte adequado aos clientes alvo. A execução do Plano envolve a contratação de prestação de serviços para gerenciamento da execução, monitoramento e avaliação de resultados. Inclui também a contratação de especialistas em conteúdos diversos para planejamento das atividades e atuação como facilitador/instrutor/debatedor, palestrante, despesas diversas com locação de espaços, de equipamentos multimídia, de refeições e lanches, de criação e produção de material didático e do participante, etc.		
Responsável pela implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.	**Custo estimado**	R$1.500.000,00
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTUR

Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.								
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.							
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**		Plano de Capacitação implantado conforme orientações e cronograma indicado. Alcance de resultados positivos constatados nos relatórios de monitoramento de sua execução.			
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A implantação do Plano de Capacitação deve seguir-se imediatamente à sua elaboração e iniciar-se com prioridade, estendendo-se por todo o tempo de implantação do PDITS, por ter caráter contínuo e permanente.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.			
Objetivo	Mobilizar e incentivar empreendedores do turismo atuais e potenciais, para atração de investimentos e sua atuação efetiva no mercado de turismo.		
Justificativa	No Polo Agreste/Trairí como um todo e em cada município os agentes que atuam no mercado do turismo não se encontram organizados, mobilizados e motivados para o desenvolvimento do setor dada a realidade atual, e menos ainda, diante do potencial de crescimento vislumbrado para a área.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Empreendedores e equipes de profissionais do turismo mobilizados e motivados para a concretização e operacionalização de investimentos turísticos no Polo.		
Benefícios/ Beneficiários	Investidores, profissionais e parcerias do mercado de turismo do Polo mobilizados, organizados e atuantes. Administração pública municipal, empreendedores do mercado turístico do Polo e sociedade abrangida.		
Descrição da ação	O produto desta ação será constituído pela realização de um conjunto significativo de eventos devidamente programados, tais como reuniões comunitárias setoriais, seminários, mesas de negociação, atividades específicas de capacitação, publicação e distribuição de material didático e informativo específicos para os diferentes segmentos, dentre outros, que ocorrerão intensivamente por um período contínuo de meses ou de um semestre (seguido de outros, se for o caso para o alcance dos objetivos). Os esforços de mobilização, os conteúdos, os produtos informativos e didáticos assim gerados serão objeto de relatórios e de material informativo/de aprendizagem em mídias diversas a serem divulgados para todos os agentes envolvidos. Esta Ação consiste em esforço concentrado de mobilização dos atores envolvidos nos arranjos produtivos da cadeia do turismo, que resultem na construção de uma rede de duradoura de parcerias abrangendo o setor público e o privado, a sociedade civil e o terceiro setor. Prevê-se que esse movimento ocorra sob a coordenação de uma entidade de reconhecida capacidade técnica – tal como o SEBRAE ou outra equivalente, com atuação específica acerca do objeto explicitado.		
Responsável pela Execução/ implantação/operação/manutenção do serviço	Execução ▪ SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora. Continuidade dos resultados ▪ SETUR/RN em colaboração com cada uma das Administrações Municipais do Polo Serrano e envolvimento direto de toda a cadeia do turismo.	**Custo estimado**	R$1.200.000,00

Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.								
Gastos estimados de operação		NÃO SE APLICA.				**Fonte de financiamento**	MTUR	
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei		NÃO SE APLICA.						
Mecanismos de recuperação de custos		Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal			**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Nº de Empresas e de outras organizações relacionadas a alojamento e alimentação cresce em relação ao ano-base.		
Relação com outras ações quanto ao cronograma		Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo.						
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.	
Objetivo	Promover a atração de investimentos privados por meio da implantação de mecanismos de fomento e incentivo ao desenvolvimento do turismo no Polo.
Justificativa	A expansão, em número e qualidade, dos empreendimentos turísticos no Polo Agreste/Trairí será possível e viável a partir da introdução de medidas de fomento e incentivos fiscais próprios, Tais medidas devem abranger novos empreendimentos e os já existentes, buscando fortalecê-los. Os negócios voltados para o agenciamento do turismo receptivo estão a requerer atenção especial. Os seguintes municípios matem algum tipo de incentivo fiscal ou mecanismo de fomento ao desenvolvimento do turismo: ▪ Coronel Ezequiel Cessão de área pública de terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal. ▪ Monte das Gameleiras Em discussão: parceria com isenção de impostos e taxas ▪ Santa Cruz Agilidade e simplificação dos tramites processuais para constituição de empresas ▪ Serra de São Bento Redução de tributos mediante a permanência e a fixação de empresas prestadoras de serviços de hospedagem.
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Empreendedores do turismo mobilizados e motivados para a concretização de investimentos turísticos no Polo Agreste/Trairí.
Benefícios/ Beneficiários	Mecanismos de incentivo ao desenvolvimento do turismo implantados, beneficiando a população local, o trade turístico e os turistas.
Descrição da ação	A realização desta ação abrangendo todos os municípios do Polo, demanda a contratação de consultoria especializada para a coordenação e execução de diferentes etapas de trabalho, em cooperação com os órgãos municipais envolvidos, dentre as quais: ▪ Realização de pesquisa documental visando identificar experiências exitosas similares em outras capitais e cidades brasileiras, a serem consideradas benchmarking para o projeto a elaborar; ▪ Identificação de incentivos fiscais existentes na região e nos estados vizinhos e linhas de créditos disponíveis para o fomento de empreendimentos turísticos; ▪ Inclusão no Projeto de Fomento e Incentivos fiscais das empresas que visem a redução de impactos ambientais negativos, a sustentabilidade e a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nos empreendimentos turísticos beneficiados; ▪ Indicação e detalhamento dos processos organizacionais e administrativos para implantação efetiva do projeto, incluindo metodologia de acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados dele advindos, bem como diretrizes para o adequado gerenciamento de sua implantação; ▪ Apresentação e discussão dos conteúdos indicados com os agentes públicos e privados interessados;

Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.								
		▪ Elaboração de Projeto de Lei Estadual (ou Municipais) de Incentivo Fiscal para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos na área do Polo; ▪ Assessoramento às instâncias envolvidas na fase inicial de implantação do projeto.						
Responsável pela Execução do serviço		SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.						
Responsável pela implantação/operação/ manutenção do serviço		Administração Estadual e Administrações Municipais por meio dos órgãos públicos pertinentes em cada nível, conforme a natureza da medida de fomento e de incentivos fiscais a tratar.			**Custo estimado**		R$ 400.000,00	
Gastos estimados de operação		Não disponíveis, a serem cobertos com recursos orçamentários municipais ou em parceria com fontes externas.			**Fonte de financiamento**		MTUR	
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei		NÃO SE APLICA.						
Mecanismos de recuperação de custos		Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal	**Indicadores de resultado e fonte de verificação**		Nº de Empresas e de outras organizações relacionadas a alojamento e alimentação cresce em relação ao ano-base.			
Relação com outras ações quanto ao cronograma		Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo.						
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

1.5.4 Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos

Ação 01 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico nos municípios.								
Objetivo	Ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgotos, captação e fornecimento de água tratada, gestão de resíduos sólidos e coleta e disposição adequada das águas pluviais de forma a impactar favoravelmente a qualidade de vida da população local, o meio ambiente e os recursos hídricos.							
Justificativa	Todos os municípios apresentam problemas de falta de infraestrutura, ou deficiência na cobertura e atendimento, sendo necessárias melhorias no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição de forma adequada dos resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários urbanos e nos dispositivos de drenagem pluvial urbana.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	A identificação da situação em relação ao saneamento básico e a definição das necessidades de cada município e alternativas poderá antecipar a realização de investimentos voltados à infraestrutura turística							
Benefícios/ Beneficiários	Conhecimento das necessidades em infraestrutura de saneamento básico/ Órgãos responsáveis pela implantação da infraestrutura de saneamento básico e população local.							
Descrição da ação	Realização de diagnóstico para identificação dos índices atuais de atendimento em saneamento básico e definição das necessidades e alternativas tecnológicas a sua melhoria.							
Responsável pela Execução / implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN, CAERN e Prefeituras		**Custo estimado**		R$1.000.000,00			
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**		MTur e empréstimos (BNDES, BID, Banco do Nordeste e outros)			
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**		Resolução CONAMA 237/97e Decreto nº. 14.338/99			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado – ano-base 2010.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Antecede ações 2 e 3 do Componente Gestão Socioambiental.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 02 – Implantação e ampliação da coleta e tratamento de esgotos domésticos nos municípios.								
Objetivo	Ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgotos de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos, do meio ambiente e, em conseqüência, o aumento dos índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida da população local.							
Justificativa	Todos os municípios apresentam problemas de falta de infraestrutura, ou deficiência na cobertura e atendimento, sendo necessárias melhorias no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição de forma adequada em aterros sanitários dos resíduos sólidos urbanos e falta de drenagem pluvial urbana.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Melhoria da qualidade de vida, diminuição da contaminação e poluição de mananciais e açudes.							
Benefícios	Melhoria da qualidade de vida, da saúde pública, dos recursos hídricos e do meio ambiente em geral.		**Beneficiários**		População local, visitantes e turistas.			
Descrição da ação	Devem ser elaborados projetos executivos para as redes de coleta e estações de tratamento de esgotos em todos os municípios do Polo. Além disso, devem ser implantadas redes de coleta de esgotos nas cidades ou bairros não atendidos de acordo com o diagnóstico realizado (Ação 1 deste Componente). A priori, a construção de estações de tratamento deverá abranger os dez municípios que não as possuem. Incluem-se também nesta ação a implantação de dispositivos para reaproveitamento das águas residuais.							
Responsável pela Execução	CAERN E SAAE		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		CAERN E SAAE			
Custo estimado	R$ 50.000.000,00	**Gastos estimados de operação**	Não disponível	**Fonte de financiamento**	FUNASA			
Mecanismos de recuperação de custos	---	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**			Resolução CONAMA 237/97e Decreto nº. 14.338/99			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento adequado – ano-base 2010.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	---							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 05 - Implantação e execução de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.								
Objetivo	Ampliar e promover a melhoria da qualidade da gestão dos resíduos sólidos e dos serviços pertinentes, de forma a beneficiar o meio ambiente e aumentar os índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida da população local.							
Justificativa	Todos os municípios apresentam problemas de falta de infraestrutura, ou deficiência na cobertura dos serviços de coleta e disposição de resíduos sólidos, ainda utilizando tecnologias ultrapassadas e mantendo lixões inapropriados.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Melhoria da qualidade de vida, diminuição da contaminação e poluição do solo, de mananciais e de açudes que são utilizados para lazer, aumentando o fluxo de visitantes e turistas.							
Benefícios	Diminuição da poluição, riscos de contaminação e poluição visual nas cidades e atrativos.		Beneficiários		População local, turistas e visitantes.			
Descrição da ação	Implantar e executar os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como elaborar os planos de gestão para os municípios no Polo que não o possuem, identificando principalmente as disposições em lixões e aterros que não sanitários. Deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que se refere a questões como não geração, reaproveitamento e reciclagem de resíduos.							
Responsável pela Execução	Prefeituras Municipais		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		Prefeituras Municipais			
Custo estimado	R$ 40.000.000,00	**Gastos estimados de operação**	Não disponíveis	**Fonte de financiamento**	FUNASA			
Mecanismos de recuperação de custos	---	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**			Resolução CONAMA 237/97e Decreto nº. 14.338/99			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Grau de satisfação da população e dos turistas com os serviços de saneamento básico. Volume de resíduos coletados e de resíduos reaproveitados e reciclados.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	---							
Nível de avanço:	**Proj.básico**	N	**Proj. executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 07 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.								
Objetivo	Oferecer serviços de atendimento de emergências médicas com qualidade e regularidade na área do Polo.							
Justificativa	Santa Cruz, Nova Cruz e Tangará são as cidades do Polo Agreste/Trairí que possuem melhor atendimento em serviços de saúde, mas que não são suficientes para atendimento pleno dos municípios em questão e menos ainda a todo o Polo.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Melhoria da qualidade de vida da população e maior confiabilidade dos serviços de emergência em saúde.							
Benefícios/ beneficiários	Atendimento satisfatório em atendimento de emergências médicas à população residente, aos turistas e visitantes.							
Descrição da ação	Ampliar, capacitar e equipar os serviços de atendimentos de emergências médicas e primeiros socorros para atendimento aos turistas e aos moradores da região do Polo.							
Responsável pela Execução	Secretaria Estadual de Saúde do RN e prefeituras.		**Responsável pela implantação/operação/ manutenção do serviço**		Secretaria Estadual de Saúde do RN e municípios.			
Custo estimado	R$ 3.000.000,00		**Fonte de financiamento**		FUNASA			
Mecanismos de recuperação de custos	---		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**		Resolução CONAMA 237/97e Decreto nº. 14.338/99			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Tempo de resposta no atendimento das emergências.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	---							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 08 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.								
Objetivo	Conservação de estradas pavimentadas e implantação de sinalização turística. Recuperação de estradas vicinais de acesso a atrativos turísticos em áreas rurais. Recuperação de pavimento, acostamentos e sinalização (horizontal e vertical) das rodovias estaduais, adequando o sistema viário ao fluxo de turistas e demais atividades complementares e desenvolvendo a atividade turística de forma sustentável.							
Justificativa	A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, trata-se de elaborar os projetos de infraestrutura de acordo com as exigências legais.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Melhoria da qualidade dos serviços de transporte e das condições de acessibilidade, condições necessárias para maior atratividade turística.							
Benefícios/ Beneficiários	Conservação da infraestrutura rodoviária e ganhos econômicos para os municípios do Polo, beneficiando a cadeia produtiva do turismo, a população local e o turista.							
Descrição da ação	Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e os materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e a adequação às normas pertinentes para rodovias: Estudos geotécnicos e hidrológicos, projeto geométrico, pavimentação e sinalização rodoviária. Deverão ser calculados e considerados o nível dos serviços prestados e a capacidade viária e previstos os impactos ambientais e medidas mitigadoras.							
Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	DER/RN e Municípios.				**Custo estimado**		R$5.650.000,00	
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.				**Fonte de financiamento**		DER-RN	
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	LEI 6938/81 Resolução CONAMA 001/86 Resolução CONAMA 237/97							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Indicadores de resultado e fonte de verificação**			Índice volumétrico de veículos e nível de serviço das vias em relação ao ano-base.			
Relação com outras ações quanto ao cronograma	---							
Nível de Avanço	Proj. Basico	N	Proj. Executivo	N	Termo de Referência	N	Reconhecimento retroativo	N

1.5.5 Componente 5: Gestão Socioambiental

Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.			
Objetivo	Fortalecer o sistema municipal de gestão ambiental.		
Justificativa	O licenciamento ambiental, tanto no âmbito estadual quanto dos municípios que compõem o Polo Agreste/Trairí apresenta níveis de desempenho que não condizem com as necessidades da área, tanto no que se refere à sua confiabilidade e precisão técnica quanto à sua agilidade e temporalidade. Verificou-se a necessidade de investir na melhoria da gestão ambiental pública, como os licenciamentos ambiental e florestal, nos instrumentos de planejamento e controle territorial, como Zoneamento Ecológico Econômico, Planos Diretores e Plano Estadual de Recursos Hídricos. Também devem ser feitos Programas de Educação Ambiental junto aos proprietários e usuários, e também desenvolver e implantar mecanismos de incentivo econômico e financeiro para preservação das amostras de vegetação nativa.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Melhoria da proteção e fiscalização nos atrativos naturais e agilização dos processos de licenciamento de empreendimentos voltados ao turismo possibilitando aumento do fluxo turístico.		
Benefícios/ Beneficiários	Melhor atendimento nos municípios para licenciamento ambiental e fiscalização dos atrativos naturais./ População dos municípios que compõem o Polo e para os visitantes.		
Descrição da ação	Fortalecimento dos órgãos de licenciamento ambiental estadual e dos municípios do Polo Agreste/Trairí, no que se refere a: ▪ adequação e capacitação de suas equipes; ▪ condições operacionais das unidades organizacionais pertinentes, incluindo equipamentos, modernização e racionalização de processos de trabalho; ▪ acesso às informações e instrumentos legais de gestão ambiental e territorial, dentre outros.		
Responsável pela Execução	IDEMA/AL e Municípios.	**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**	IDEMA/AL e municípios.
Custo estimado	R$ 3.000.000,00	**Fonte de financiamento**	RN Sustentável
Mecanismos de recuperação de custos	---	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**	Lei 6938/81, Resolução CONAMA 237/97, Decreto nº. 14.338/99
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Número de licenças ambientais emitidas e volume de autuações.		
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Esta ação deve preceder os investimentos em infraestrutura turística e de saneamento básico.		

Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.								
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 04 - Elaboração de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.								
Objetivo	▪ Garantir a conservação dos remanescentes do bioma Caatinga; ▪ Identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação;							
Justificativa	Necessidade de garantir a conservação de amostras e remanescentes do Bioma Caatinga na área do Polo.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Identificação e criação de unidades de conservação na região do Polo que poderão ser novos atrativos, acarretando o aumento da visitação na região.							
Benefícios	Identificação de áreas com remanescentes do Bioma Caatinga e áreas que necessitem recuperação.		Beneficiários		População dos municípios que compõem o Polo e para os visitantes			
Descrição da ação	Elaboração de estudos de estudos para identificação, criação, implantação, manejo, gestão, proteção e fiscalização de unidades de conservação de proteção integral do Polo, bem como determinação da sua capacidade de carga, de forma a garantir a conservação de amostras e remanescentes do Bioma Caatinga							
Responsável pela Execução	IDEMA/AL		**Entidade responsável pela implantação/operação/ manutenção do serviço**		IDEMA/AL			
Custo estimado	R$ 1.200.000,00	**Gastos estimados de operação**	---	**Fonte de financiamento**	RN Sustentável			
Mecanismos de recuperação de custos	---	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**			Resolução CONAMA 237/97, Decreto nº. 14.338/99 e SNUC			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Aumento do percentual de proteção e preservação do Bioma Caatinga.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	---							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

2 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO
Ação 01 – Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz.
Impactos Negativos: Geração de poeira, ruídos, sedimentos com a movimentação de máquinas, desmatamentos e escavações para implantação da infraestrutura necessária ao teleférico.
Impactos Positivos: Equipamento que poderá valorizar ainda mais os atrativos naturais da região, constituindo-se por si só como atrativos, podendo aumentar o fluxo de turistas e visitantes, bem como geração de empregos e renda.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Cuidados e planejamento na movimentação de máquinas e realização das obras e adoção de experiências e tecnologias de sucesso.
Ação 02 - Planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo.
Impactos Negativos: Criação de expectativas junto às comunidades e populações vizinhas aos sítios.
Impactos Positivos: Planejamento e organização para estruturação dos sítios e outros atrativos**.**
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Consulta a outros planos já elaborados e implantados com sucesso. Contratar empresa com experiência e capacidade comprovada para elaboração deste tipo de plano.
Ação 03 - Desenvolvimento de projetos preliminares, básicos e executivos para implantação de infraestrutura para o turismo de aventura e o ecoturismo.
Impactos Negativos: Criação de expectativas junto às comunidades e populações vizinhas aos sítios.
Impactos Positivos: Planejamento, organização, dimensionamento correto e otimização na aplicação dos recursos para dotar os sítios e outros atrativos de infraestrutura
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Consultar outros projetos de sucesso e adoção de técnicas e tecnologias de menor custo. Contratar empresa com capacidade e experiência comprovada para elaboração destes projetos.
Ação 04 - Implantação de obras de infraestrutura para o turismo de aventura e para o ecoturismo.
Impactos Negativos: Geração de poeira, ruídos, sedimentos com a movimentação de máquinas, desmatamentos e escavações.
Impactos Positivos: Conforto e segurança para os turistas e visitantes e garantia de proteção e conservação dos atrativos.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras; Consultar e adotar experiências de sucesso, com custo/benefício já comprovado, já implantadas em outros atrativos semelhantes
Ação 05 - Elaboração de roteiros turísticos integrados.
Impactos Negativos:

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO
Impactos Positivos: Otimização dos roteiros estudados e definidos, possibilitando aumento territorial do fluxo turístico.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratar empresa com competência e experiência neste tipo de serviço.
Ação 06 – Criação e promoção do calendário de eventos do Polo.
Impactos Negativos: Criar expectativas para realização de determinados eventos.
Impactos Positivos: Possibilitar ao turista e ao visitante planejar quando, onde e em que eventos deseja participar.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras Inserir no calendário eventos significativos e que tenham importância semelhante para atrair novos turistas e visitantes.
Ação 07 - Implantação de Centros de Atendimento ao Turista – CAT - na área do Polo Agreste/Trairí.
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Melhor atendimento e mais segurança para os turistas e visitantes, otimizando a visitação de vários atrativos e determinadas localidades.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Estruturar, equipar e capacitar os CAT para bom desempenho de suas funções.
Ação 08 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável
Impactos Negativos: Gerar expectativa junto à população local quanto a oportunidades de novos empregos e aumento da renda.
Impactos Positivos: Aproveitamento e aumento do nível de renda da mão de obra local
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratar empresa com experiência e capacidade comprovada na elaboração deste plano e que priorize a capacitação da mão de obra local
Ação 09 - Implantação do plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.
Impactos Negativos: Criar expectativa junto às pessoas capacitadas de que serão contratadas.
Impactos Positivos: Maior oportunidade de empregos com maior renda aos trabalhadores capacitados.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Priorizar a contratação da mão de obra local capacitada.

COMPONENTE 2 – COMERCIALIZAÇÃO
Ação 01 – Elaboração do benchmarking para o turismo religioso e o turismo de aventura.
Impactos Negativos: Criação de expectativas junto aos organizadores e participantes de eventos religiosos.

COMPONENTE 2 – COMERCIALIZAÇÃO
Impactos Positivos: Planejamento, organização e compatibilização de datas para realização e divulgação dos principais eventos religiosos.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para elaboração do estudo de benchmarking.
Ação 02 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional.
Impactos Negativos: Criação de expectativa junto aos empreendedores quanto à possibilidade de aumento do turismo e de visitação nos atrativos.
Impactos Positivos: Aquisição de conhecimento detalhado dos atrativos para definição das estratégias de marketing.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para realização do estudo
Ação 03 – Implantação do plano de marketing tático e operacional.
Impactos Negativos: Aumento nos custos de operação e manutenção dos atrativos.
Impactos Positivos: Divulgação dos atrativos turísticos, prospecção de novas potencialidades turísticas, visão de médio e longo prazo, atração de novos investimentos dos setores públicos e privado e otimização da operacionalidade de empreendimentos à luz dos princípios da sustentabilidade social, econômica e ambiental.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para implantação do plano

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Ação 01 – Elaboração de inventário da oferta turística.
Impactos Negativos: Criação de expectativa junto aos empreendedores.
Impactos Positivos: Conhecimento detalhado da oferta turística.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para realização do inventário.
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.
Impactos Negativos: Adoção de parâmetros equivocados para definição do perfil da demanda.
Impactos Positivos: Identificação precisa do perfil da demanda turística de forma a viabilizar, com eficácia, o planejamento, a seleção e a definição de prioridades para a oferta.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para realização das pesquisas.
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para a gestão do turismo.
Impactos Negativos: Criação de expectativa junto aos gestores e empreendedores.
Impactos Positivos: Exequibilidade do planejamento e gestão eficaz do turismo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para planejar, desenhar e implantar o sistema e capacitar os seus usuários e gestores.
Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.
Impactos Negativos: Erros de avaliação e adoção de indicadores inadequados.
Impactos Positivos: Acompanhamento e avaliação dos projetos por meio de indicadores, de forma a aferir desvios e resultados com maior eficácia.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para implantar e capacitar os usuários e gestores do sistema.
Ação 5 - Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairí, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.
Impactos Negativos: Dificuldade na composição e funcionamento dos conselhos e ausência de normas legais claras para criação e gestão dos fundos. De acordo com a composição e o número de representantes os conselhos podem criar mais dificuldades do que soluções.
Impactos Positivos: Maior representatividade dos diversos segmentos envolvidos com o turismo, criação de condições para desenvolvimento de mecanismos de fomento e incentivos, melhor capacitação para exercer seu papel deliberativo nas atividades turísticas do estado e dos municípios, maior democratização e participação nas decisões sobre políticas públicas voltadas para o turismo..
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Adoção de experiências e normas utilizadas em iniciativas bem sucedidas de criação/fortalecimento de entidades e mecanismos similares.
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Impactos Negativos: Necessidade de recursos financeiros e pessoal capacitado para elaboração dos planos. Não implantação efetiva dos planos elaborados.
Impactos Positivos: Elaboração de importante ferramenta de planejamento territorial de alcance multisetorial.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresas com experiência e competência técnica para elaboração de Planos Diretores Municipais.
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.
Impactos Negativos: Dificuldade de envolvimento de todos os atores necessários para elaboração da Política de Turismo para cada município.
Impactos Positivos: Fortalecimento institucional do turismo no Polo Agreste/Trairí.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresas com experiência e competência técnica para elaboração de políticas públicas para o setor de turismo.
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.
Impactos Negativos: Dificuldades na obtenção de recursos para elaboração destes planos; não implantação efetiva dos planos elaborados.
Impactos Positivos: Geração de diretrizes, metas e orientações elaboradas de forma participativa que facilitarão a gestão e o desenvolvimento do turismo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica e intelectual para elaboração dos planos estratégicos.
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.
Impactos Negativos: Criação de expectativa junto aos dirigentes, gestores e técnicos.
Impactos Positivos: Reais necessidades de capacitação identificadas; ações necessárias detalhadas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica para elaboração do plano.
Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.
Impactos Negativos: Falta de continuidade ou cancelamento da execução do plano.
Impactos Positivos: Melhoria do desempenho dos dirigentes, gerentes e técnicos da administração pública quanto à gestão do turismo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica para facilitar os processos de capacitação resultantes e para gerenciar a execução dos planos.
Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.
Impactos Negativos: Não adesão de representantes de todos os segmentos do mercado do turismo.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Impactos Positivos: Empreendedores engajados e motivados para o investimento no mercado de turismo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Definição dos parâmetros e informações relevantes para a preparação e mobilização dos empreendedores.
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.
Impactos Negativos: Não adesão de representantes dos diversos segmentos do mercado de turismo.
Impactos Positivos: Mobilização e participação dos atores envolvidos para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e a formação de uma rede de parcerias envolvendo os setores público e privado, a sociedade civil e o terceiro setor.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência para planejar e realizar reuniões comunitárias setoriais, seminários, mesas de negociação e outras atividades típicas dos processos de mobilização.
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.
Impactos Negativos: Criação de expectativa; reação negativa por parte dos empreendedores caso os recursos e incentivos não sejam disponibilizados.
Impactos Positivos: Aumento e diversificação dos empreendimentos turísticos e maior atratividade.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Formulação e implantação dos mecanismos de fomento a partir de normas claras, exequíveis e sustentáveis.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Ação 01 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico nos municípios.
Impactos Negativos: Criação de expectativas junto à população; especulação imobiliária nas regiões a serem atendidas.
Impactos Positivos: Identificação e especificação das reais necessidades de saneamento básico, das alternativas tecnológicas e dos custos para seu atendimento.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Envolvimento e participação de toda população na elaboração do diagnóstico.
Ação 02 – Implantação e ampliação da coleta e tratamento de esgotos domésticos nos municípios.
Impactos Negativos: Na fase de implantação o desmatamento, a terraplenagem, as escavações e movimentação de máquinas poderão gerar uma quantidade grande de poeira, bem como sedimentos e solo poderão ser carreados para os cursos d'água, causando o seu assoreamento. A movimentação de máquinas e caminhões poderá causar transtornos ao tráfego nas vias e estradas, bem como o aumento do nível de ruído e de emissões de gases nas proximidades das obras.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Impactos Positivos: Melhoria da qualidade dos cursos d'água nas das bacias beneficiadas aumentado o potencial de uso; controle das doenças veiculadas pela falta de tratamento dos esgotos; diminuição dos índices de mortalidade; diminuição da demanda por serviços de saúde.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Adoção de medidas para contenção dos sedimentos, disciplinamento do trânsito nas proximidades das obras, regulagem das maquinas e caminhões e respeito às normas para evitar a poluição sonora.
Ação 03 – Ampliação e qualificação dos sistemas de abastecimento de água.
Impactos Negativos: Durante as obras para captação, adução ou reparos das redes e reservatórios poderão ser realizados desmatamentos, escavações com a geração de sedimentos e poeira que poderão ser carreados para os cursos d'água, movimentação de máquinas e caminhões causando transtornos às vias e estradas e aumentando o nível de ruídos.
Impactos Positivos: Novas alternativas de fontes de captação e de mananciais para abastecimento; diminuição das perdas de água; aumento do volume de distribuição.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Incentivo ao reuso de águas residuais e à captação de águas da chuva; orientação da população para a economia de água tratada.
Ação 04 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial nas áreas urbanas e rodovias.
Impactos Negativos: Possíveis desmatamentos, escavações com a geração de sedimentos e poeira que poderão ser carreados para os cursos d'água; movimentação de máquinas e caminhões causando assoreamento. Transtornos ao tráfego nas vias e estradas, bem como o aumento do nível de ruído e de emissões de gases nas proximidades das obras.
Impactos Positivos: Melhoria da qualidade dos cursos d'água nas bacias beneficiadas em função da ampliação do sistema de águas pluviais; aumento do potencial de uso da água; diminuição de erosão e deslizamentos; maior controle sobre as enchentes nas cidades e nas estradas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Campanhas para evitar o lançamento de lixo e entulhos nas vias públicas, o que causa entupimento das redes de drenagem pluvial; incentivo às práticas de conservação de solos e recuperação de áreas degradadas na zona rural.
Ação 05 - Implantação e execução de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
Impactos Negativos: Desmatamento; sedimentos e poeira causados pelas obras de implantação dos aterros, terraplenagem e movimentação de máquinas e caminhões, que podem ser carreados para os cursos d'água; aumento do nível de ruídos e transtornos nas vias e estradas.
Impactos Positivos: Diminuição da quantidade de animais e insetos nocivos e poluição visual provocados pela coleta e tratamento inadequados do lixo gerado nas cidades e atrativos; diminuição da ocorrência de entupimentos devido à falta de recursos de drenagem pluvial e de poluição dos córregos; eliminação dos lixões e aterros não sanitários diminuindo a poluição dos aquíferos superficiais e subterrâneos.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Realizar a coleta seletiva incentivando a adoção das orientações da Política Nacional de Resíduos Sólidos quanto a não geração, a reutilização e a reciclagem de resíduos.
Ação 06 - Implantação de serviços de policiamento turístico.
Impactos Negativos: Custos inerentes à implantação dos serviços.
Impactos Positivos: Melhoria da segurança nas áreas turísticas.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Capacitação e treinamento dos policiais para atendimento dos turistas e das populações locais.
Ação 07 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.
Impactos Negativos: Priorizar os atendimentos de emergência em detrimento de outros atendimentos de saúde essenciais para população local.
Impactos Positivos: Melhoria do atendimento de emergências em saúde, diminuindo o tempo de resposta em caso de acidentes, aumentando as expectativas de vida para os acidentados, quer seja da população dos municípios quanto visitantes.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Planejamento, equipagem e localização adequada da prestação dos serviços de emergência.
Ação 08 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.
Impactos Negativos: Na fase de implantação das vias e novos terminais, o desmatamento, a terraplenagem, as escavações e movimentação de máquinas para implantação de novas vias de acesso poderão gerar uma grande quantidade de poeira, bem como sedimentos e solo que poderão ser carreados para os cursos d'água causando o seu assoreamento. A movimentação de máquinas e caminhões também poderá causar transtornos ao tráfego na estrada, bem como o aumento do nível de ruídos e de emissões de gases nas proximidades das obras.
Impactos Positivos: Melhoria das vias de acesso aos atrativos a partir da identificação clara das necessidades a sanar e a partir de projetos de engenharia. Melhoria da segurança viária; aumento do potencial turístico; conforto e segurança nos terminais rodoviários.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica para elaboração dos estudos e avaliações e para implantação das melhorias nas vias e terminais.

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.
Impactos Negativos: Ausência de diretrizes e orientações claras podem dificultar a implantação de novos empreendimentos ou obras de infraestrutura.
Impactos Positivos: Agilização dos processos de licenciamento ambiental, respeitando as normas de planejamento territorial vigentes e garantindo maior efetividade na conservação do Bioma Caatinga.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Capacitação dos gestores públicos e privados.
Ação 02 – Realização de estudos e proposição de medidas para incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.
Impactos Negativos: Reação negativa de proprietários e especulação imobiliária na área rural.
Impactos Positivos: Conservação de remanescentes do Bioma Caatinga sem a necessidade de desapropriação; alternativa de renda para os proprietários rurais.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Criar incentivos financeiros e outros para criação das RPPN.

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
Ação 03 - Elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente - ÁPP.
Impactos Negativos: Na fase de terraplenagem a movimentação de máquinas poderá gerar uma quantidade grande de poeira e os sedimentos e solos poderão ser carreados para os cursos d'água causando o seu assoreamento.
Impactos Positivos: Recuperação de áreas degradadas tornando-as produtivas; recuperação e regeneração da vegetação e da infiltração das águas pluviais, de forma que voltem a cumprir suas funções ecológicas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Para mitigar os impactos negativos deverão ser adotadas medidas para contenção dos sedimentos e revegetação das áreas com espécies pioneiras de crescimento rápido e adaptadas ao clima e região.
Ação 04 - Elaboração de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.
Impactos Negativos: Criar expectativa e reação adversa por parte dos proprietários rurais que possuam remanescentes de caatinga ou outros atrativos, podendo induzir à sua degradação proposital. Especulação imobiliária em áreas com potencial para a criação de unidades de conservação.
Impactos Positivos: Identificação de áreas com remanescentes do Bioma Caatinga, bem como de áreas com beleza paisagística, sítios arqueológicos e outros, com potencial para transformação em unidade de conservação, bem como identificação de áreas degradadas sujeitas a recuperação.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Manutenção de sigilo quanto às intervenções planejadas até a escolha efetiva das áreas a abranger.

2.1 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Em função das características da população e das comunidades em cada um dos municípios que compõem o Polo Agreste/Trairi os efeitos da implantação do plano serão distintos, principalmente quanto às alterações na qualidade de vida. Nas áreas de maior influência das cidades, como nas sedes dos municípios, e nas que já possuem um turismo e visitação mais desenvolvidos, os efeitos do plano e as alterações que o mesmo poderá causar sobre a população serão menores que aqueles nas áreas rurais dos municípios, onde as atividades predominantes são a agricultura e a pecuária. Dentre os efeitos negativos que podem ser causados à população estão:

- o abandono de atividades do setor primário, como agricultura, pecuária e extrativismo, pelas populações locais para a busca de empregos no setor terciário de prestação de serviços para o segmento turístico;
- a inflação e aumento abusivo de preços, além da especulação imobiliária, o que marginaliza e acaba expulsando a população local, em especial os mais carentes;

- a sazonalidade da atividade turística provocando transtornos e desemprego nos períodos de baixa ocupação ecausando outros problemas durante a alta temporada, como sobrecarga dos serviços públicos básicos;
- a alteração de determinados valores culturais de comunidades tradicionais, por influência dos turistas;
- a necessidade de importação de mão de obra qualificada e produtos específicos para atendimento aos turistas, sendo necessário forte investimento para qualificar e capacitar a população local de forma que a mesma possa ocupar os melhores postos de trabalho que forem criados.

Como impactos positivos/benefícios sociais, podem ser citados:

- geração e diversificação de empregos e melhor distribuição de renda (consequentemente, melhoria da qualidade de vida);
- aumento da vendas de produtos e serviços locais, com potencialização de lucros e vantagens socioambientais;
- aumento do empreendedorismo;
- valorização da herança e valores culturais, que poderão ser desenvolvidos em produto específico a ser oferecido aos turistas;
- interação cultural e compreensão mútua entre os povos;
- aumento na arrecadação de impostos e do PIB local.

As ações de incentivo e promoção de investimentos públicos e privados e ao marketing deverão resultar em significativos benefícios sociais e econômicos, dentre os quais:

- a valorização da cultura local;
- a geração de empregos diretos e indiretos;
- o aumento da renda da população local e da arrecadação fiscal nos municípios;
- a reversão do processo de migração da população local, com a redução dos fluxos migratórios para os centros urbanos;
- o fortalecimento da capacidade institucional das entidades municipais e estaduais e das empresas privadas;
- a capacitação de pessoal para a gestão do turismo e do meio ambiente.

2.2 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

O quadro a seguir apresenta os parâmetros a serem utilizados como indicadores dos impactos avaliados.

QUADRO 3: PARÂMETROS A SEREM USADOS COMO INDICADORES DOS IMPACTOS E EFEITOS AVALIADOS

	SÍNTESE DOS IMPACTOS	INDICADORES DOS IMPACTOS	AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
NEGATIVOS	Implantação das obras de infraestrutura que gerem: modificação da paisagem, efluentes líquidos, resíduos sólidos, sedimentos com possível contaminação de corpos d'água e do solo, impermeabilização do solo, geração de poeiras (material particulado), aumento de ruídos e supressão de vegetação.	▪ Qualidade do ar; ▪ Qualidade das águas superficiais e subterrâneas; ▪ Nível de ruído; ▪ Volume de biomassa suprimido.	▪ Seguir o que for determinado no licenciamento ambiental; ▪ Elaborar e executar Plano de Controle Ambiental – PCA; ▪ Medir periodicamente a qualidade do ar, das águas e o nível de ruído..
	Troca das atividades do setor primário pelas populações para a busca de empregos no setor terciário como prestação de serviços para o segmento turístico	• Relação empregos formais na atividade turística/Relação de empregos formais totais nos municípios	▪ Acompanhar os índices de desemprego
	Inflação e aumento abusivo de preços, além da especulação imobiliária	▪ Índice de inflação	▪ Acompanhar o índice de inflação
	Sazonalidade da atividade turística	▪ Índice de desemprego ▪ Relação empregos formais na atividade turística/Relação de empregos formais totais nos municípios ▪ Taxa de ocupação hoteleira	▪ Acompanhar os índices
	Alteração de valores culturais e morais	▪ Índices de criminalidade	▪ Acompanhar os índices de criminalidade
	Necessidade de importação de mão-de-obra qualificada e produtos específicos para atendimento dos turistas	▪ Número de vagas/Tempo de disponibilidade	▪ Elaborar pesquisa específica para acompanhamento das vagas qualificadas e preenchimento das mesmas
POSITIVOS	Melhoria da qualidade do turismo	▪ Taxa de ocupação hoteleira ▪ Fluxo turístico anual ▪ Movimento nos aeroportos ▪ Receita gerada pelo turismo	▪ ▪ Acompanhar os índices
	Aumento de vendas de produtos e serviços, com potencialização de lucros e vantagens socioambientais	▪ Receita gerada pelo turismo	▪ Acompanhar os índices

Síntese dos Impactos		Indicadores dos Impactos	Ações de Acompanhamento e Monitoramento
	Aumento do empreendedorismo	▪ Abertura de empresas	▪ Acompanhar os números
	Valorização do artesanato	▪ Preço dos produtos artesanais	▪ Monitorar o mercado
	Geração de emprego e renda	▪ Número de empregos turísticos totais ▪ PIB per capta	▪ Acompanhar os índices
	Operação das obras de infraestrutura	▪ Qualidade do ar; ▪ Qualidade das águas superficiais e subterrâneas; ▪ Nível de ruído; ▪ Nível de saúde da população infantil.	▪ Medir periodicamente a qualidade do ar, das águas e o nível de ruído; ▪ Atendimentos na rede de saúde de doenças causadas pela falta de coleta e tratamento de esgotos e fornecimento de água tratada
	Melhoria da qualidade de vida	▪ Índice de desenvolvimento econômico ▪ Índice de desenvolvimento social ▪ Relação de beneficiários de baixa renda/beneficiários totais	▪ Acompanhar os índices

3 FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um plano para acompanhamento e avaliação dos componentes de investimentos do PDITS no Polo Agreste/Trairí do Estado do Rio Grande do Norte.

O plano é da maior relevância, considerando-se a complexidade e a abrangência das ações a serem realizadas, e estabelece a realização de análises sistemáticas de acompanhamento e avaliação dos resultados, buscando-se sempre a sua eficácia, eficiência e efetividade, como forma de se atingir os objetivos propostos.

3.1 OBJETIVOS

O objetivo geral do Plano de Acompanhamento e Avaliação do PDITS Polo Agreste/Trairí é criar mecanismos que possibilitem o acompanhamento do Plano em termos de implementação e correção das ações e avaliação dos resultados, efeitos e impactos nos municípios do Polo.

Espera-se dos mecanismos desenhados para o acompanhamento e avaliação do programa o atendimento das seguintes demandas:

i. Avaliação do grau de realizações físico-financeiras do programa, a ser condensada no Relatório Anual de Progresso e replicada a cada dois anos no Marco Lógico do Programa, que será apresentado mais a frente;

ii. Avaliação da eficácia das ações e da eficiência na alocação dos recursos por meio do acompanhamento da evolução do nível de elaboração, análise e licitação dos projetos aprovados nos municípios, a ser integrada no Relatório de Avaliação *Ex-post*;

iii. Acompanhamento de indicadores turísticos, socioeconômicos, ambientais, de gestão turística, de participação comunitária e de capacitação previamente selecionados em cada um dos componentes do Programa, com vistas a alimentar a cada dois anos o Marco Lógico e o Relatório de Avaliação *Ex-post*;

iv. Mensuração dos impactos econômicos, sociais e fiscais dos investimentos do Programa nos municípios, a ser incorporada no Relatório de Avaliação *Ex-post*;

v. Acesso aos gestores governamentais, co-executores e a sociedade civil das informações sobre a evolução e o desempenho dos investimentos do Programa, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011;

vi. Desenho e implementação, com base nas informações produzidas, de mecanismos de potencialização das ações bem sucedidas e de correção daquelas que se desviaram dos seus objetivos;

vii. Ensejar um processo de aprendizagem quanto à formulação, execução, acompanhamento e avaliação de projetos e programas;

viii. Justificativa para negociação de novas etapas do Programa e de outras iniciativas que venham somar os esforços de desenvolvimento socioeconômico de Polo Agreste/Trairí e do Estado do Rio Grande do Norte.

3.2 PRODUTOS ESPERADOS

Para atender à metodologia proposta, sugere-se que o plano contemple as seguintes etapas no seu desenvolvimento:

- Elaboração de Sistema de Informações Gerenciais do Rio Grande do Norte;
- Coleta de Informações;
- Elaboração de Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do Programa; e
- Implantação da biblioteca Virtual/Observatório de Turismo do Rio Grande do Norte.

3.2.1 Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais, SIG - PRODETUR no Rio Grande do Norte

A construção de um sistema automatizado de gestão das informações possibilitará, além do acompanhamento e avaliação dos projetos, a disseminação de pesquisas, informações e boas práticas, aumentar a eficiência e evitar a superposição e falta de coordenação entre iniciativas governamentais e privadas.

A realização desse produto exige a identificação das melhores fontes de informação e a indicação de uma pessoa responsável para administrar o sistema e seus serviços. Para o programa em pauta deverá ser indicado um servidor para exercer essa atividade.

O acompanhamento e a avaliação do Programa estarão estruturados em um sistema automatizado, que vai gerenciar uma base de informações necessárias para a elaboração de uma série de relatórios.

A base de informações deverá ser continuamente alimentada com dados referentes ao ciclo de vida dos projetos: elaboração, análise, licitação, execução e operação. O diagrama a seguir ilustra a concepção esperada do sistema.

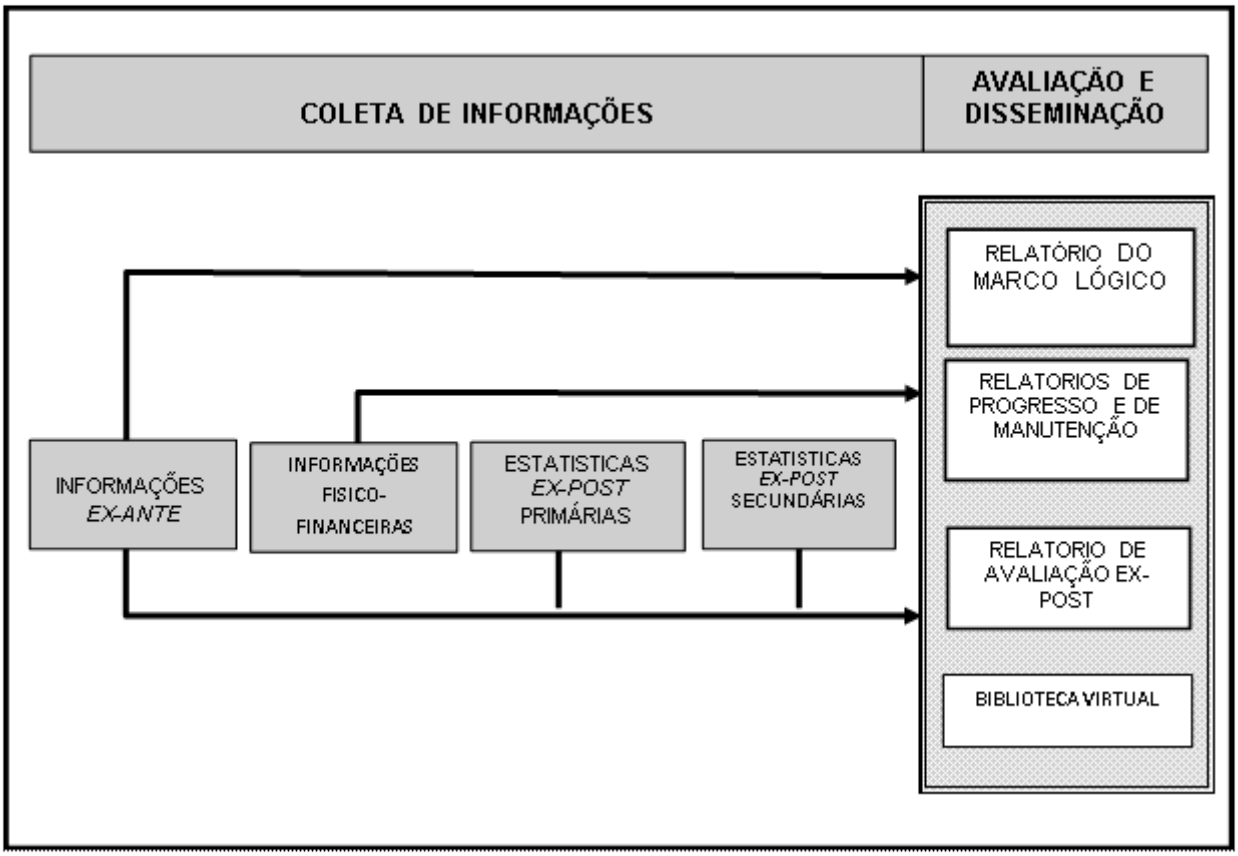

FIGURA 1: SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDITS POLO AGRESTE-TRAIRI.
Fonte: ITEC.

Em resumo, o objetivo do SIG - PDITS Polo Agreste/Trairí é aperfeiçoar o monitoramento e a gestão turismo no Estado, promover a interação entre atores produtivos e ser fonte para geração de indicadores socioeconômicos e turísticos.

3.2.2 Coleta de Informações

Nesta etapa, as informações serão continuamente coletadas, iniciando-se antes mesmo da execução do Programa, com vistas a formar a base de dados (*baseline*) para efeitos de comparação e análise desses dados ao longo do tempo. São informações coletadas a partir de fontes primárias e secundárias e classificadas como seguem.

Informações *Ex-ante*

Estas informações deverão ser colhidas pelos técnicos da SETUR/RN por ocasião da análise do PDITS e da apresentação dos projetos. Durante a execução e a partir da entrada em operação dos projetos, a SETUR/RN deverá fornecer os dados efetivamente realizados. Todas as informações serão registradas em formulários eletrônicos, de acordo com as especificidades de cada tipo de projeto.

As informações armazenadas nesta base de dados deverão ser utilizadas para a confecção dos relatórios de Progresso, de Avaliação *Ex-post*, para a atualização do Marco Lógico e posterior disponibilização na Biblioteca Virtual.

Informações físico-financeiras do Programa

Estas informações deverão ser coletadas a partir dos dados orçados nos projetos utilizados para as licitações, dos instrumentos contratuais, das vistorias aos projetos e dos desembolsos. Estas informações constituem insumos básicos para o Relatório Anual de Progresso e da Avaliação *Ex-post*. Serão informados e analisados os seguintes itens:

- Valor orçado
- Valor aprovado
- Valor licitado/contratado
- Valor ajustado
- Valor desembolsado
- Valor da contrapartida
- Quantidade de Projetos (por componente, status, área)
- Comentários do projeto
- Percentual previsto e percentual realizado da execução dos projetos.
- Estatísticas socioeconômicas primárias.

Neste módulo serão armazenadas as informações coletadas pela SETUR/RN através de pesquisas de campo efetuadas nos municípios. As informações que compõem este módulo estão listadas no quadro de indicadores apresentados a seguir.

QUADRO 4 – LINHA DE BASE DO MARCO LÓGICO DO PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO POLO TURÍSTICO AGRESTE-TRAIRI

INDICADORES	VALOR NO ANO-BASE	ANO-BASE	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	FONTE	DIMENSÃO DO INDICADOR	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
FINALIDADE								
1. Empresas e outras organizações de alojamento e alimentação no Polo (CNAE 2.0)	48	2014	2015-20	Unidades	IBGE - Cadastro Central de Empresas- Tabela 993	Impacto	SETUR/RN	Anual
2. Empregados em Alojamento e Alimentação no Estado.	44.986	2014	2015-20	Unidades	CAGEC/Rais	Impacto	SETUR/RN	
3. Arrecadação de ISS no Polo.	2.414.93	2015	2013-15	R$ Milhões	IBGE/Secretaria Municipal de Finanças.	Impacto	SETUR/RN	Anual
4. Arrecadação do IPTU no Polo.	481,95	2009	2015-20	R$ Milhões	IBGE/Secretaria Municipal de Finanças	Impacto	SETUR/RN	Anual
5. Participação da Receita derivada do Turismo no PIB dos municípios do Pólo.	5,0	2015	2015-20	Taxa, %	SETUR/RN e IBGE	Impacto	SETUR/RN	Anual
6. PIB per capita dos municípios.	6.274,12	2012	2015-20	R$	SETUR/RN e IBGE	Impacto	SETUR/RN	Anual
PROPÓSITO								
1. Fluxo Turístico: o total de embarque e desembarques no Aeroporto de Natal - SBSG (inclui passageiros em conexão) ▪ Nacionais	2.504.036 80.319	2015 2015	2015-20	Unidades	Aeroporto de Natal	Efeito	SETUR/RN	Anual

Indicadores	Valor no Ano-base	Ano-base	Período de Acompanhamento	Unidade	Fonte	Dimensão do Indicador	Responsável	Periodicidade
▪ Internacionais								
2. Movimento de voos: o total de voos regulares e charters no Aeroporto de Natal - SBSG (Não inclui voos militares ou de carga) ▪ Nacionais ▪ Internacionais	22.081 533	2015 2015	2015-20	Unidades	MTUR e Infraero	Efeito	SETUR/RN	Anual
3. Número de unidades habitacionais dos municípios	321	2015	2015-20	Unidades	ABIH-RB e SETUR.	Efeito	SETUR/RN	Anual
4. Marketing-share de Polo Agreste/Trairi no turismo receptivo do Estado	1,62%	2015	2015-20	%	SETUTR	Efeito	SETUR/RN	Anual
5. Gasto médio diário individual do turista, GMDI, no Estado ▪ Nacionais ▪ Estrangeiros	76,04 75,17	2015	2015-20	R$ US$	SETUR e Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal
6. Permanência média do turista em hotéis no Estado ▪ Nacionais ▪ Estrangeiros	9,0 16,2	2015 2015	2015-20	dias	SETUR e Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal
7. Receita direta gerada pelo turismo no Polo ▪ Nacionais ▪ Estrangeiros	27,4 12,5	2015	2015-20	R$ milhões	SETUR e Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal
8. Grau de satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização	A realizar		2017-20	unidades	Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal

INDICADORES	VALOR NO ANO-BASE	ANO-BASE	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	FONTE	DIMENSÃO DO INDICADOR	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
turística, qualidade ambiental e acessibilidade: ▪ Muito Satisfeito ▪ Satisfeito ▪ Insatisfeito ▪ Muito Insatisfeito ▪ Não tenho opinião								
9. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos ▪ Muito Satisfeito ▪ Satisfeito ▪ Insatisfeito ▪ Muito Insatisfeito ▪ Não tenho opinião	A realizar		2017-20	unidades	Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal
10. Número de empresas certificadas (selo verde/ qualidade) aumenta em relação ao ano-base.	A realizar		2017-20	unidades	Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS),	Efeito	SETUR/RN	Bienal

Estatísticas Secundárias Básicas

Para subsidiar a avaliação dos resultados do programa deverão ser inseridas na base de dados do SIG estatísticas socioeconômicas, turísticas e ambientais dos municípios. As estatísticas que comporão esta base constam na linha de base apresentada no quadro anterior.

Estas estatísticas deverão ser coletadas pela SETUR/RN junto às entidades responsáveis pela produção das mesmas.

3.2.3 Elaboração dos Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do Programa

A análise dos Indicadores de Acompanhamento e Avaliação do Programa deverá ser condensada nos seguintes relatórios:

- Relatório do Marco Lógico;
- Relatório de Progresso;
- Relatório de Manutenção;
- Relatório e Avaliação *ex-post*;
- Relatório Consolidado do Marco Lógico do Programa.

O marco lógico é definido como sendo uma ferramenta para a conceituação, desenho, execução e avaliação dos projetos. Sua finalidade é permitir uma estrutura para o processo de planejamento e transmitir a informação essencial do projeto. Seu método enfatiza a clareza de objetivos, definição de responsabilidades e a possibilidade de medir resultados. Os passos para a elaboração do Marco Lógico são apresentados a seguir.

- Identificação dos grupos de interesses;
- Identificação e análise do problema;
- Estabelecimento dos objetivos;
- Seleção dos Indicadores e construção da linha de base;
- Especificação dos pressupostos e dos riscos;
- Formulação das ações;
- Estabelecimento dos produtos e meta das ações;
- Elaboração do Relatório Consolidado do Marco Lógico do Programa.

A fim de alimentar a base de dados com as estatísticas mencionadas no Marco Lógico advindas de pesquisa de campo, a SETUR/RN formatará a estruturas destas pesquisas com vistas à sua padronização e sistematização. Caberá à

SETUR/RN a execução e custeio das mencionadas pesquisas, as quais deverão ser financiadas com recursos do Programa ou comporem a contrapartida local.

A estrutura do Marco Lógico é explicitada no quadro a seguir.

QUADRO 5 – ESTRUTURA DO MARCO LÓGICO DE PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDITS DO POLO AGRESTE/TRAIRÍ.

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
FINALIDADE			
	1. Empresas e outras organizações de alojamento e alimentação no Polo (CNAE 2.0)	IBGE - Cadastro Central de Empresas-Tabela 993	
Melhorar a qualidade de vida da população residente nos municípios	2. Empregos diretos permanentes em atividades diretas do turismo (hospedagem, alimentação, agenciamento, locação, entretenimento e lazer) crescem mais rápido do que no período-base:	RAIS/MTE.	Turismo como indutor do desenvolvimento socioeconômico. Empresas turísticas conseguem a maior parte de seus empregados entre a população residente dos municípios.
	3. Arrecadação do ISS cresce a uma taxa maior que no período-base:	STN e Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o ISS. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado para beneficiar a população de baixa renda.
	4. Arrecadação do IPTU cresce a uma taxa maior que no período-base:	STN e Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o IPTU. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado para beneficiar a população de baixa renda.

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
	5. Arrecadação do ICMS cresce a uma taxa maior que no período-base	Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte	Há disposição política para fiscalizar e cobrar o ICMS Admite-se que o incremento de arrecadação estadual é utilizado para beneficiar a população de baixa renda
	6. Participação da receita do turismo no PIB dos municípios cresce mais do que no período-base:	SETUR/RN e IBGE.	
	7. PIB per capita dos municípios cresce mais do que no período-base:	SETUR/RN e IBGE.	
PROPÓSITO PROGRAMA			
1. O turismo nos municípios cresce de maneira sustentável.	1. Fluxo Turístico: o total de embarque e desembarques no Aeroporto Severo Gomes - cresce mais do que no período-base:	MTUR e Infraero.	
	2. Movimento de voos: o total de voos regulares e charters no Aeroporto Severo Gomes - cresce mais do que no período-base:	MTUR e Infraero.	
	3. Número de unidades habitacionais dos municípios cresce mais rápido do que no período-base:	ABIH-RN e SETUR RN	Empresas turísticas conseguem a maior parte de seus empregados entre a população residente dos municípios.

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
	4. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
	5. Permanência média do turista em hotéis cresce mais rápido do que no período-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
	6. Receita gerada pelo turismo cresce mais rápido do que no período-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
2. Qualidade do produto turístico	1. Grau de satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e acessibilidades melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
	2. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
PROPÓSITOS POR COMPONENTES			
PROPOSITO DO COMPONENTE1 Produto Turístico Diversificação, qualificação e integração da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo, a partir do potencial dos segmentos turismo religioso e turismo de aventura.	1. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	
	2. Permanência média do turista em hotéis cresce mais rápido do que no período-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	
PROPOSITO DO COMPONENTE 2 Comercialização Desenvolvimento de Ações de Marketing Turístico, buscando um novo posicionamento mercadológico.	1. Número de pernoites gerados por canais de venda (operadoras) aumenta, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	O Plano de Marketing é implementado como planejado.
	2. *Marketing share* de Polo Agreste/Trairino turismo receptivo do país aumenta em relação ao ano-base:	MTUR.	O Plano de Marketing é implementado como planejado.
PROPÓSITO DO COMPONENTE 3: Fortalecimento Institucional Fortalecimento da gestão do turismo, mediante a adoção de bases	1. Percentual de investimento em Fortalecimento Institucional realizado em relação ao investimento planejado.	Relatório de Progresso e Plano de Ação do PDITS.	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
participativas e inovações tecnológicas, tendo em vista a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos, das condições de gestão pública municipal e da atuação dos empreendedores privados em busca de resultados que beneficiem a população local e promovam o desenvolvimento sustentável do turismo no Polo.			
PROPOSITO DO COMPONENTE 4: Infraestrutura e serviços básicos Expansão e melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos básicos para atendimento às populações locais e para incremento da demanda turística.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	
PROPÓSITO DO COMPONENTE 5: Gestão socioambiental Promoção da melhoria da qualidade ambiental.	1. Número de servidores municipais e estaduais capacitados e atuando na gestão turismo e do patrimônio natural aumenta em relação ao ano-base.	Relatório de Progresso e levantamento de dados secundários.	
	2. Número de unidades de conservação aumenta em relação ao ano-base.	levantamento de dados secundários.	
	3. Número Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e de empreendimentos voltados ao	levantamento de dados secundários.	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
	turismo ecológico cresce em relação ao ano-base.		
AÇÕES			
AÇÕES DO COMPONENTE 1 - Produto Turístico			
Ação 01 – Implantação de infraestrutura de Teleférico no município de Santa Cruz.	1. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	. Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual
Ação 02 - Planejamento do turismo de aventura e do ecoturismo.	1. Fluxo de turistas dos segmentos de turismo de aventura e ecoturismo aumenta em relação ao ano-base:	Relatório de Progresso e levantamento de dados secundários	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 03 - Desenvolvimento de projetos preliminares, básicos e executivos para implantação de infraestrutura para o turismo de aventura e o ecoturismo.	1. Fluxo de turistas dos segmentos de turismo de aventura e ecoturismo aumenta em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 04 - Implantação de obras de infraestrutura para o turismo de aventura e para o ecoturismo.	1. Fluxo de turistas dos segmentos de turismo de aventura e ecoturismo aumenta em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
	2. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base.		

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
	3. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual
Ação 05 - Elaboração de roteiros turísticos integrados.	2. Grau de realização das ações classificadas de prioridade I (Nº.de ações de Prioridade I Realizadas / Nº. de ações de Prioridade de I Previstas).	Relatório de Progresso e levantamento de dados secundários.	Desenvolvido e implantado o SIG-RODETUR/ Polo Turístico Polo Agreste/Trairi.
Ação 06 – Criação e promoção do calendário de eventos do Polo.	1. Número de eventos aumenta, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 07 - Implantação de Centros de Atendimento ao Turista – CAT - na área do Polo Agreste/Trairí.	1. Grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão executor
Ação 08 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável	1. Grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão executor
Ação 09 - Implantação do plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	1. Grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão executor
AÇÕES DO COMPONENTE 2 - Comercialização			

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 01 – Elaboração do Benchmarking para o turismo religioso e o turismo de aventura.	1. Fluxo de turistas dos segmentos religioso e aventura aumentam em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Admitindo-se que o plano seja implementado
Ação 02 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional.	1. Marketing-share do Polo Agreste/Trairi no turismo receptivo do estado aumenta em relação ao ano-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 03 – Implantação do plano de marketing tático e operacional.	1. Marketing-share do Polo Agreste/Trairi no turismo receptivo do estado aumenta em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
AÇÕES DO COMPONENTE 3 - Fortalecimento Institucional			
Ação 01 – Elaboração de inventário da oferta turística.	1. Permanência média do turista no Polo aumenta em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
	2. Gasto médio do turista no Polo aumenta em relação ao ano-base		
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística	1. Nº de Citação da Pesquisa no Google Acadêmico aumenta em relação ao ano-base.	SETUR RN	Cadastrar a pesquisa e seus autores, no caso a SETUR RN, no Google Acadêmico
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para gestão do turismo	1. Nº de acesso ao portal da biblioteca/Observatório do turismo potiguar cresce em relação ao ano-base.	SETUR RN	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 04 – Implantação de sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo	1. Nº de acesso ao portal da biblioteca/Observatório do turismo potiguar cresce em relação ao ano-base.	SETUR RN	
Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Agreste/Trairi, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.	1. Nº de atores em audiências e reuniões de planejamento do turismo aumenta em relação ao ano-base.	SETUR RN	
	2. Nº de reuniões e eventos promovidos pelos conselhos municipais e fóruns regionais aumenta em relação ao ano-base.		
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
	2. Nº de municípios do Polo com Plano Diretor aumenta em relação ao ano-base.	IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais	
	3. Nº de municípios do Polo com instrumentos de planejamento urbano cresce em relação ao ano-base;	IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais	
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
	1. Nº de turistas no Polo aumenta em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	
Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.	1. Nº de Empresas e de outras organizações relacionadas a alojamento e alimentação cresce em relação ao ano-base.	IBGE - Cadastro Central de Empresas	
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	1. Nº de Empresas e outras organizações relacionadas a alojamento e alimentação cresce em relação ao ano-base.	IBGE - Cadastro Central de Empresas	
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a	1. Nº de Empresas e outras organizações relacionadas a	IBGE - Cadastro Central de Empresas	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.	alojamento e alimentação cresce em relação ao ano-base.		
AÇÕES DO COMPONENTE 4 - Infraestrutura e serviços básicos			
Ação 01 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico nos municípios.	1. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base 2010	IBGE - Cidades	
Ação 02 – Implantação e ampliação da coleta e tratamento de esgotos domésticos nos municípios.	2. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base 2010	IBGE - Cidades	.
Ação 03 – Ampliação e qualificação dos sistemas de abastecimento de água.	1. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base 2010	IBGE - Cidades	
Ação 04 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial nas áreas urbanas e rodovias.	1. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base 2010	IBGE - Cidades	
Ação 05 - Implantação e execução de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	2. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base.	IBGE - Cidades	
Ação 06 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR/RN	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 07 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	1. Índice de Cobertura do SAMU nos municípios do Polo aumenta em relação ao ano-base	DATASUS	
Ação 08 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
AÇÕES DO COMPONENTE 5 - Gestão Ambiental			
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	1. Nº de atividades dentro das áreas de proteção ambiental que divergem das recomendações do zoneamento diminui em relação ao ano-base:	SETUR/RN/órgão ambiental/ONG	
Ação 02 – Realização de estudos e proposição de medidas para incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	1. Nº de visitantes das UC do Polo Turístico Polo Agreste/Trairi cresce em relação ao ano-base.	SETUR/RN/SETUR RN	
Ação 03 - Elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente - ÁPP.	1. Total de Municípios do Polo com Cadastro Ambiental Rural implementado aumenta em relação ao ano-base	IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais	
Ação 04 - Elaboração de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	1. Evolução do número de ações de conservações e recuperação de áreas turísticas, a partir do ano-base:	SETUR/RN/órgão ambiental/ONGs.	

Relatório de Progresso

Este relatório objetiva oferecer informações que evidenciem o andamento da execução e operação dos Projetos no Polo bem como nortear a tomada de medidas corretivas ou preventivas durante essas fases. Terá como base as informações constantes no módulo das informações físico-financeiro do Projeto acumuladas nos seis meses anteriores à posição do Relatório.

A responsabilidade pela confecção deste relatório, que terá periodicidade semestral, será da SETUR/RN.

Relatório de Manutenção

O propósito deste relatório é apresentar informes anuais sobre o estado das obras e equipamentos financiados pelo Programa, objetivando garantir a eficiência e a eficácia dos investimentos realizados.

Caberá à SETUR/RN a preparação e envio deste relatório ao agente financeiro do Programa. A periodicidade da emissão do relatório é anual, devendo o primeiro plano anual corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira das obras do Programa. O Relatório será elaborado durante o período de execução do Programa e até três anos depois de concluída a execução da última obra.

Relatório de Avaliação *Ex-post*

O objetivo do relatório ex-post, a partir de indicadores selecionados no Marco Lógico para o município, é implementar uma avaliação consolidada do Programa quanto a sua concepção, execução e operação.

A responsabilidade pela confecção deste relatório será da SETUR/RN. Embora a alimentação da base de dados seja permanente, a emissão deste relatório será realizada a cada dois anos, em função da periodicidade das pesquisas de campo, previstas no Marco Lógico do Programa.

3.2.4 Disseminação das Informações/Biblioteca Virtual/Observatório do turismo

A função da Biblioteca Virtual/Observatório é disponibilizar informações privilegiadas ao grupo de interesse do Programa *(stakeholders*), através de prévio cadastramento no sistema e disseminar informações ao público em geral. Nesta biblioteca serão arquivados e disponibilizados todos os relatórios, estudos e pesquisas sobre o PDITS. Para tanto, será criado no portal da Internet do Estado um *link* que levará à página dessa biblioteca/observatório.

Esta biblioteca possibilitará que todo o *trade* turístico, incluindo os cidadãos e os turistas em especial, obtenha e compartilhe informações de seu interesse, além de facilitar o acesso a

dados sobre a atividade turística ou ainda oferecer a esses trade um espaço para a divulgação dessas atividades no Estado.

O ambiente da biblioteca/observatório deve permitir o relacionamento virtual entre os membros das instituições participantes de forma semelhante às redes pessoais convencionais, oferecendo ferramentas para fotos e vídeos, blogs, arquivos digitais, espaços WIFI e escritórios virtuais, dentre outras alternativas. Cada instituição participante deve realizar o processo de cadastro, informando seus dados e personalizando a conta de seus membros. Depois, desses processos os membros poderão adicionar colegas, juntar-se às comunidades e utilizar os dispositivos da rede.

3.2.5 Responsabilidades

Ficará sob responsabilidade da SETUR/RN a coordenação geral de obtenção e administração dos dados referentes aos indicadores para acompanhamento de avaliação do Programa, bem como o armazenamento em base de dados, a compilação e o processamento dos dados além da elaboração dos relatórios retro mencionados.

Será atribuição da SETUR/RN a obtenção dos dados colhidos por meio de Pesquisas de Campo, os dados gerados por todos os órgãos municipais e estaduais. Os dados aqui mencionados, após coletados, deverão ser inseridos na base de dados do SIG para acompanhamento do PDITS do Polo Agreste/Trairí. Ressalte-se, contudo, que para a avaliação serão considerados como base principal os indicadores da Linha de Base, o que não omite a possibilidade de utilização de outros indicadores adicionais ou metodologias alternativas para avaliação do programa.